

**Instituto Cal de Arte e Cultura
Faculdade CAL de Artes Cênicas**

ANDRE M. DE SOUZA

HAMLET E O AI-5

Subterrâneos do Poder

RIO DE JANEIRO
2015



FACULDADE CAL DE ARTES CÊNICAS

ANDRE MARINHO DE SOUZA

HAMLET E O AI-5

Subterrâneos do Poder

ANDRE MARINHO DE SOUZA

HAMLET E O AI-5: Subterrâneos do Poder

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Instituto Cal de Artes e Cultura. Faculdade CAL de Artes Cênicas, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de bacharel em Artes Cênicas.

Nome do Orientador Prof. Mestre: Álvaro de Sá.

RIO DE JANEIRO
2015

Ao meu avô Mário,
Ao meu pai, Luís Carlos,
Ao meu tio, Luís Fernando,
cada qual participou de 68 a seu modo.

Às mulheres da minha família
que também viveram 68:
Minhas duas avós, Maria de Lourdes e Maria Célia. Minha mãe, Ana Maria.

À minha mulher, que entende as dores das minhas linhas, Cláudia Mello.

À Lena Fleury, Luiza Rizzaro e Lais Reszinski, amigas que me ajudaram a acreditar.

À Brunilde, aquela que meu deu uma preciosa chave de interpretação.

À Sérgio Britto, amigo que me
mostrou o que é vocação.

Agradecimentos

Agradeço muito especialmente a Gustavo Ariani pela oportunidade que me ofereceu me estimulando a fazer a faculdade. Agradeço-o pelo espaço que criou com esta faculdade para incontáveis vidas. Agradeço-o ainda por ele ser, para mim, um sinônimo de vontade.

Agradeço a meu orientador, Álvaro de Sá, que sempre apaixonado fez-me produzir estas linhas com a sabedoria de auxiliar-me a em sendo objetivo, que eu não abandonasse minha identidade de escrita.

Agradeço a Ana Saad. Está aqui, nas linhas que se seguem, a materialização de nosso trabalho, sem a sua ajuda seria irrealizável.

Já vencidos, vencemos.

Plauto

Resumo:

Este trabalho une história e ficção. Os protagonistas dos temas abordados são os conceitos de autoridade e poder. No Brasil, descreveremos o golpe civil-militar de 1964 e o auge da repressão em 1968. Na ficção, elucidaremos sobre o aspecto político da obra *Hamlet*, de William Shakespeare. Compararemos os conceitos de poder, seja no determinado período histórico brasileiro, seja na específica obra do bardo. Concluiremos que, embora seja impossível comparar do ponto de vista da realidade factual, história e ficção nos casos supracitados assemelham-se e submetem-se a semelhantes dinâmicas de poder.

Palavras-chave: 1. Teatro; 2. Ditadura Militar; 3. Shakespeare; 4. Hamlet

Abstract:

This work unites history and fiction. The protagonists of our covered themes are the concepts of authority and power. In Brazil we describe the civil-military coup of 1964 and the height of the repression period of 1968. In fiction, we will compare the political aspects of Hamlet by William Shakespeare and we will elucidate the concepts of power during this determined period of Brazilian history and in Shakespeare's Hamlet. Reaching a conclusion, that although it is impossible to compare from the point of view of factual reality, both historical events and fiction in both sited cases are akin and submitted to similar dynamics of power.

Keywords: 1. Theatre; 2. Military; 3. Dictatorship; 4. Hamlet

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I: De 1964 ao AI-5	10
1.1. A conjuntura internacional brasileira antes do golpe de 1964	10
1.2. A conjuntura nacional antes do golpe de 1964	13
1.3. O golpe	17
1.4. Dos primeiros anos até o AI-5	26
1.5. A resistência do meio cultural à ditadura no período do AI5	33
Capítulo II: Hamlet	40
2.1. A peça	40
2.2. O Conceito de <i>Shakespeare</i> Político	45
2.3. A contemporaneidade de <i>Hamlet</i>	52
Capítulo III: Subterrâneos do Poder	56
Conclusão	64
Bibliografia	67

INTRODUÇÃO

Este trabalho expõe duas trajetórias aparentemente incomparáveis: a história política do Brasil entre 1964 e 1973 e a dramaturgia da peça do escritor inglês *William Shakespeare*. Distintas em tempo e espaço, assemelham-se em temas como poder e autoridade.

O primeiro capítulo expõe ao leitor os antecedentes do golpe civil-militar de 1964 até o momento em que o regime se fez mais cruel, entre 1968 e 1973, com a legalidade de poderes incontroláveis dadas às forças armadas; contudo, só dispõe-se do poder quando alguém o concede e ainda que o país vivesse em um violento regime ditatorial muitos resistiram de modos distintos, negando autoridade a homens de Estado, e desqualificando o poder dos mesmos. É uma história de sangue, dores, mas também de resistência e honra.

O segundo capítulo introduz o leitor ao mundo shakespeariano, especialmente ao universo da peça *Hamlet*. Nas linhas do bardo encontram-se também dores e resistência, honra e sangue. Pressupostos históricos auxiliar-nos-ão a adentrar o mundo do príncipe, permitindo compreender melhor as relações políticas existentes na peça.

O terceiro capítulo almeja unir seja a história do golpe civil-militar, seja a peça *Hamlet*. Esta união ocorrerá através de dois importantes conceitos que são abordados no capítulo: poder e autoridade. A partir daquilo que se consegue inferir da literatura, pode-se perceber os exemplos na história brasileira; igualmente, a partir do que conhecemos na história brasileira podemos comparar com a dramaturgia hamletiana.

Nossa conclusão não almeja por adentrar o terreno da primazia entre história e dramaturgia, nem por identificar onde o poder e a autoridade melhor são verificados, se na realidade ou na ficção; no entanto, a conexão do real com o imaginário (e vice-versa) é bastante interessante porque se há algo que podemos bem extrair das duas experiências analisadas é que o poder e a autoridade estão nas bases de qualquer sonho almejado de liberdade e igualdade, sem os quais esses não existirão jamais caso não saibamos desrotular poder e autoridade como sendo exclusivamente forças morais perversas, mas também abriremos-nos à possibilidade de entendê-los como modos de comunicação e de existência do ser humano.

CAPITULO I: De 1964 ao AI-5

1.1 A conjuntura internacional brasileira antes do golpe de 1964.

O período imediatamente anterior ao golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964 caracteriza-se, seja em âmbito nacional, seja em âmbito internacional, pela influência da Guerra Fria. O cenário político brasileiro transformou-se rapidamente naqueles anos. Os três presidentes da República do período são protótipos destas mudanças e, igualmente, das diferenças ideológicas existentes entre eles: Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Nesse período, a atitude do Brasil frente à Guerra-Fria desenvolveu-se a partir do americanismo pragmático de Kubitschek, culminando na Política Externa Independente, cujas ideias determinantes eram a autonomia nacional em questões internacionais, a diversificação de parcerias comerciais e a atitude propositiva com relações aos temas candentes da cena internacional. Economicamente, o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek resultou em desenvolvimento nacional (urbanização, indústrias, transportes), mas também legou ao governo de Goulart inflação alta, comprometendo o poder de compra da população, inaugurando o debate inflacionário no Brasil. Os diagnósticos econômicos da inflação no país eram um dos graves problemas que somados a diversas outras conjunturas resultaram no golpe de Estado por parte dos militares, realizado em 31 de março/ 01 abril de 1964.

As tensões internacionais da Guerra-Fria amainaram-se entre os anos 1955 e 1961. Segundo *Hobsbawm* “o período mais explosivo foi aquele entre a enunciação formal da Doutrina *Truman*, em março de 1947, e abril de 1951 [...]” (*Hobsbawm*, 1995, 226). Esses anos caracterizaram-se pela Guerra da Coreia e pela Crise de Berlim, quando nesta cidade os soviéticos proibiram acesso aéreo à Berlim Ocidental e quando naquele país houve o primeiro grande conflito após o encerramento da Segunda Guerra Mundial. O período pós-*Stalin* (a partir de 1953) é considerado por alguns teóricos o primeiro momento de *détente*, a diminuição de tensão entre as duas superpotências; se não sucedeu a guerra nuclear alarmada, seja pelos americanos, seja pelos soviéticos, autores há¹ que consideram a *détente* apenas uma transferência

¹ Boas fontes sobre o tema encontramos em: ALBRIGHT, David. *Africa and international*

geográfica do conflito, deixando o protagonismo do cenário Norte-Norte para o cenário Sul-Sul.

Pode-se considerar a Guerra Fria como uma das explicações para a segunda grande onda de independência, transcorrida em África, na década de 1960. As duas superpotências estavam em disputa entre si pelas áreas de influência através dos movimentos nacionalistas africanos e dos movimentos pan-africanistas. Angola, Libéria e Gana tornaram-se independentes com a efetiva cooperação soviética. A África do Sul, por sua vez, advogou pelos interesses norte-americanos no continente.

Notória foi a Conferência de *Bandung*, em 1955, “marcando o início da manifestação espetacular de um terceiro grupo de Estados nas relações internacionais. Procuraram nortear, desde os primeiros momentos, sua vontade pela equidistância em relação aos dois mundos – o do liberalismo capitalista ocidental e o da economia socialista planificada” (Saraiva, 2008, 221). A manifestação autônoma de países através da Conferência de *Bandung* evidenciou fraturas no poder dual pós-Segunda Guerra Mundial. A República Popular da China é o grande exemplo da fissura ao romper, em 1959, com a URSS e também manter-se afastada dos EUA. Diversas terceiras vias surgiram com características próprias. É o caso não apenas da China, mas também da Índia de *Nehru* e dos países integrantes do Movimento Não-Alinhado, surgido em 1961. É também o caso particular brasileiro.

Embora em 1957 a chancelaria brasileira tenha mantido seu apoio a Portugal com relação ao colonialismo português em África, através do voto abstencionista sobre a questão em foros internacionais, nota-se esforço brasileiro a fim de não se render plenamente à influência americana. Em 9 de junho de 1959, JK rompeu com o Fundo Monetário Internacional, instituição que representava a hegemonia cultural-econômica erguida pelos Estados Unidos nos pós-Segunda Guerra; é, contudo, na presidência de Jânio Quadros (1961), e em sequência na presidência de João Goulart, que a política externa brasileira tornou-se independente, conforme enumera Luis Fernando *Ligiero*.

Este autor aponta para o conflito subliminar que a PEI apresentou. Primeiramente sendo presidente cujo patrocínio à candidatura foi feito pela União Democrática Nacional, UDN, Jânio Quadros encontrou grandes resistências à PEI nos segmentos conservadores da própria UDN e das forças armadas. Entre os temas mais polêmicos, estava a intenção de o Brasil reatar relações diplomáticas com a URSS. O nacionalismo patriótico brasileiro dividiu-se entre aqueles que apoiavam a PEI e

aqueles que só concebiam as relações exteriores do Brasil dentro de postura exclusivamente americanista. *Ligiero* considera que a PEI “representara ademais para Jânio Quadros uma maneira de atrair elementos da esquerda para a sua coalizão conservadora” (*Ligiero*, 2011, 87).

A PEI foi alvo de intensa polarização política por causa da postura assumida pelo Brasil na questão de Cuba. Segundo Clodoaldo Bueno no seu livro “Historia da Política Exterior do Brasil”: “a política externa independente foi, pois, um processo e não um projeto concebido em detalhes” (Bueno, 2012, 331). A PEI é uma política de caráter pragmático, sem preconceitos ideológicos. Segmentos nacionalistas interpretavam a PEI de outro modo, como se essa política fosse representação da influência soviética no Brasil. Vivia-se grande descompasso entre as políticas externa e interna nacionais. Ainda que o primeiro chanceler da PEI tenha sido Affonso Arinos de Melo Franco, senador udenista e liberal, Jânio Quadros perdeu apoio no Congresso Nacional, o que o levou a renunciar. Após embate institucional sobre a posse do vice-presidente João Goulart, o novo presidente manteve as mesmas linhas já traçadas na política externa brasileira.

A questão de Cuba emergiu quando a ilha declarou-se comunista. Cabe citar que a Revolução Cubana não nasceu marxista, e sim nacionalista, mas ao longo de seu processo revolucionário tornou-se comunista. Vínculos forjaram-se entre Cuba e URSS uma vez que a relação Cuba e EUA deteriorou-se com a revolução, seja pela preocupação geopolítica americana, seja pela nacionalização de empresas americanas fomentada pelo novo regime cubano. Segundo *Jorge Dominguez*, catedrático de estudos governamentais de Harvard, “se uma exitosa revolução radical em Cuba exigiu uma ruptura com os Estados Unidos, a defesa de uma revolução radical diante do ataque sofrido exigia apoio da União Soviética.”² (*Dominguez*, 1998, 189). O efeito imediato com o triunfo da Revolução Cubana na esquerda da América Latina foi eletrizante, como também inflamou a direita. O novo presidente americano *John Kennedy*, tendo subido ao poder em janeiro de 1961, alimentou planos de invadir Cuba. Em 15 de abril, aviões pilotados por exilados cubanos, sob a tutela americana, bombardearam vários campos de aviação em Cuba. *Raul Castro*, ministro das forças armadas cubanas, viajou a Moscou em busca de respaldo militar. Em outubro de 1962

² “Si la puesta en práctica de una revolución radical en Cuba requirió una ruptura con Estados Unidos, la defensa de una revolución radical ante el ataque de ese país exigía apoyo de la Unión Soviética” (*Dominguez*, 1998, 189)

já estava instalado em Cuba, secretamente, ogivas nucleares soviéticas (do tipo 44 R-14) que poderiam alcançar até 1.400 milhas de raio, isto é, cidades como *Nova York, Washington, Chicago e Houston*. Em agosto de 1962, a *CIA* já detinha conhecimento sobre o alto carregamento bélico existente em Cuba. Em 22 de outubro, *Kennedy* exigiu a retirada dos mísseis ofensivos soviéticos da ilha e impôs uma “quarentena” naval a Cuba para impedir possíveis bombardeios estratégicos soviéticos. “O mundo conteve a respiração. Em nenhum momento desde que se lançaram as bombas de *Hiroshima e Nagasaki* pareceu tão eminente uma guerra nuclear”³. (Dominguez, 1998, 189)

A população brasileira acompanhou as notícias do bloqueio naval de modo estupefata. Sem ligações com o regime castrista e antes mesmo da virada marxista do regime, a PEI defendera o princípio intransigente de não intervenção nos assuntos internos cubanos por países estrangeiros. A opinião pública nacional estava dividida. Quatro ex-chanceleres escreveram em *O Globo*, pedindo a eliminação de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Santiago Dantas, o chanceler brasileiro, respondeu que o governo era contrário à aplicação de sanções a Cuba, alegando que dificultar a vida econômica do país seria estimular as tendências pró-soviéticas. Por pressão americana, Cuba foi suspensa da OEA, porém sem o apoio do Brasil, que se absteve na votação. Clodoaldo Bueno (2012, 365) afirma que a atitude brasileira de não acompanhar a política exterior norte-americana se mesclava à afirmação nacional de soberania.

1.2 A conjuntura nacional antes do golpe de 1964

A gênese da ditadura civil-militar que derrubou João Goulart em fins de março e início de abril de 1964 vincula-se diretamente aos regimes de exceção anteriormente vividos no Brasil até 1945. O então Estado Novo (1938-1945) era um Estado não democrático e provinha igualmente de turbulento período de exceção, cujo ápice fora dois distintos momentos: a revolução paulistana de 1932, com uma verdadeira guerra-civil no estado, e a anterior revolução de 1930, alçando Getúlio Vargas ao poder. Ambas tiveram expressiva participação popular, mas não se deve considerá-las uma revolução efetivamente do povo porque os setores que a ataçaram e suas causas

³“*El mundo contuvo la respiración. En ningún momento desde que se arrojaron las bombas nucleares sobre Hiroshima y Nagasaki había parecido tan inminente una guerra nuclear* (Dominguez, 189)

defendidas eram a preservação ou a ocupação de determinadas elites a setores estratégicos nacionais. Antes, no período denominado de República Velha, inaugurado pelo Marechal Deodoro e encerrado pela revolução de 1930, havia formalmente democracia, embora a participação popular no sufrágio fosse questionável quanto à liberdade, porque as eleições eram dominadas pelos interesses dos coronéis e dos pactos entre governantes; era, portanto, uma República e democracia oligárquica.

Sucedâneo ao Estado Novo, o Estado Democrático de Direito constitucionalizado em 1946, foi o primeiro efetivamente democrático no Brasil, ainda que mantivesse traços de autoritarismo, de corporativismo sindical, de monopólio dos latifundiários, de repressão intermitente e de tutela militar à vida política. Essas características estruturais são denominadas pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho como “democracia autoritária” (Reis Filho, 2014, 17). Economistas e sociólogos consideram a disputa entre desenvolvimentismo nacional-estatista e desenvolvimentismo independente a importante matriz a influir nas lutas políticas do período. Segundo os estudos de economistas como Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado, as “substituições de importações” se esgotavam, o que permitiu a fragmentação do sistema econômico e, conseqüentemente, da coalizão de classes a qual o Brasil se estruturara desde 1930. Discorda dessa interpretação o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira devido a considerar o período, de 1930 até meados dos anos 70, um único longo ciclo econômico. Indubitavelmente o golpe civil-militar constituiu para o autor rompimento da ordem democrática, contudo segundo Bresser-Pereira não houve ruptura no que ele denomina “Revolução Capitalista Brasileira”: “A Revolução Capitalista Brasileira foi o resultado de uma coalizão de classes desenvolvimentista que associou a burguesia nacional industrial com a alta burocracia pública eleita e não eleita, com setores não exportadores da velha oligarquia, e com a classe trabalhadora urbana.” (Bresser-Pereira, 2014, 11).

O clima de euforia e entusiasmo com o Plano de Metas nos anos finais do governo de Juscelino Kubitschek esvaneceu-se. Entre a população, o principal vilão era a alta inflação, resultado do Plano de Metas. A disputa à eleição de 1960 foi extremamente polarizada. Jânio Quadros despontou em destaque nas intenções de votos, sendo sua capacidade de comunicação considerável, transformando-o em bastião da moral na política brasileira. João Goulart elegeu-se vice-presidente – as eleições de presidente e vice-presidente permitiam chapas distintas.

Lançada por Quadros, a Política Externa Independente foi sua maior dificuldade para governar. O historiador Boris Fausto considera a falta de base política e a inflexibilidade do presidente características que determinaram sua renúncia, em 1961, com sete meses de governo. A abdicação foi prontamente acolhida pelo Congresso Nacional.

Ocorreu então que militares ultraconservadores dificultaram a volta do vice-presidente ao Brasil, alegando ser ele comunista. Este viajara à China em missão comercial brasileira. Uma “batalha pela legalidade” foi realizada por importantes líderes militares. O Congresso Nacional, a fim de evitar a ruptura democrática, instituiu o regime parlamentarista no Brasil, adotando compromisso pela legalidade. João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961, aniversário da independência do Brasil.

Goulart provinha do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, partido que mais crescia no Brasil, desde 1945, com marcante base trabalhista, herdada do corporativismo varguista. Inédita participação popular em temas políticos emergiu em diversos setores sociais, através de manifestações e greves. Essas aprofundavam o conceito de cidadania, incipiente no Brasil, mas também contribuíram para a radicalização crescente da política. Reformas de base foram anunciadas pelo governo neste cenário. Tratavam-se de amplas mudanças no setor agrário, urbano, bancário, eleitoral, no capital estrangeiro e na academia. O reformismo era o lema presidencial, contudo sem lograr unanimidade pela população. O debate sobre as reformas aprofundou-se em diversas camadas sociais. As eleições de 1962 para governos estaduais permitiram o crescimento de setores conservadores no poder. Por pressões sociais – em parte patrocinadas pelo governo –, definiu-se plebiscito para o sistema de governança no país. O presidencialismo logrou vitória, validando o poder de João Goulart. Celso Furtado passou a ministro do planejamento e apresentou o Plano Trienal.

O Plano Trienal objetivava contrair a demanda, reduzindo o déficit público, elevando os juros, remarcando oficialmente os salários e, concomitantemente, almejava expandir a oferta microeconômica com liberação de crédito industrial para determinados setores, além de fomentar políticas para o aumento da produtividade de

fatores⁴. A própria esquerda retirou de João Goulart seu apoio por considerar o Plano Trienal excessivamente ortodoxo, e a direita considerou o projeto “distributivista”. O resultado do plano foi desastroso: a inflação aprofundou-se e chegou a 110% a.a.; a renda da população reduziu-se 2,3% a.a.; o país perdeu reservas, distanciando-se ainda mais comercialmente do resto do mundo. O Plano foi abandonado três meses depois de implementado, e concretizou-se o impasse histórico. Nesse momento a sociedade já estava consolidadamente dividida. Ao analisarmos estas cisâmias sociais deve-se fugir de uma simplificação de pobres *versus* ricos, insuficiente para explicar a complexidade deste fenômeno histórico. Apoiando à oposição, não apenas estavam as elites tradicionalmente conservadoras, mas também grupos empresariais modernizantes, pequenos proprietários, professores, estudantes, jornalistas – expressivo setor da classe média. Os contingentes ideológicos conservadores fizeram parte determinante na crise instaurada, porém as graves consequências econômicas vividas no período muito contribuíram para a adesão aos conservadores por setores sociais propensamente ligados às esquerdas. Havia ainda a conjuntura internacional da Guerra Fria e a fantasiosa ameaça vermelha financiada pelo ouro de Moscou.

Reis Filho considera que faltava algo à heterogeneidade de campos do espectro político brasileiro para a irrupção da estabilidade democrática. Este “algo” ele define-o como sendo o comício de “13 de março”, que objetivava implementar as reformas de base via decreto presidencial. À proposta de reforma, surgiu a contrarreforma, manifestada nas imponentes “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, empreendidas a partir de 19 do mesmo mês de março. Sob a bandeira defensiva, em nome da salvação da democracia e dos valores da civilização ocidental e cristã, contra a subversão comunista e a corrupção, o golpe civil-militar foi perpetrado na noite de 31 de março de 1964.

Reis Filho advoga pelo uso da expressão “golpe civil-militar” em vez de “golpe militar”. O historiador considera a importância de salientar-se o papel de apoio e/ou de permissão dos civis no processo. Querer responsabilizar exclusivamente os militares pela derrocada do governo de Jango é isentar os civis de seu papel igualmente protagônico naquele período.

Como já ocorreu muitas vezes na história, ao virar as costas para o passado ditatorial e empreender a construção de uma

⁴Sobre o plano trienal, o artigo de Marcio de Paiva Abreu contém informação, publicado no livro “*A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana*”, editora Campus, 1994, Rio de Janeiro.

alternativa, grande parte da sociedade brasileira preferiu demonizar a ditadura vigente nos anos anteriores e celebrar novos valores – democráticos. Tais valores, aliás, segundo diferentes, mas convergentes versões, nunca teriam sido revogados da consciência nacional. O país fora, pura e simplesmente, subjugado e reprimido por um regime denunciado ora como uma espécie de força estranha e externa. Como uma chapa de metal pesado, caída sobre vontades e pensamentos que aspiravam à liberdade. Assim, em vez de abrir amplo debate sobre as bases sociais da ditadura, escolheu-se um outro caminho, mais tranqüilo e seguro, avaliado politicamente mais eficaz, o de vaporizar versões memoriais apaziguadoras onde todos possam encontrar um lugar. (Reis Filho, 2014, 7 e 8)

Valorizando o papel das elites, o historiador José Murilo de Carvalho em sua obra “Cidadania no Brasil” considera que a democracia “foi a pique” em 1964, devido à falta de convicção sobre seu valor. Segundo o historiador, esquerda e direita preparavam-se para sacrificar as formas legais. As possibilidades de negociação foram abandonadas pelo Congresso e pelos partidos, e a radicalização de posturas foi a escolha. Carvalho não reduz à pouca fé na democracia como causa exclusiva da deposição da democracia. Outro motivo teria sido a ausência de organizações civis fortes e representativas capazes de refrear o curso da radicalização.

Na noite de 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho decidiu marchar de Juiz de Fora para a capital federal, ao considerar que a hierarquia militar fora desrespeitada por Goulart, quando o presidente participou de uma reunião ocorrida um dia antes no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. O movimento desencadeado por Mourão recebeu apoio de diversos generais e comandantes, especialmente dos governadores da Guanabara, Carlos Lacerda; de São Paulo, Adhemar de Barro; e de Minas Gerais, Magalhães Pinto. O golpe estava dado com sucesso.

1.3. O Golpe

A Vitória de Samotrácia, esculpida no século II a.C, representa a deusa grega Nice, e serve-nos de imagem. Seu imenso corpo enfrenta o vento. Seu vestido esvoaça. Suas asas estão quebradas. Sua cabeça inexiste, perdeu-se no tempo. Seu corpo, apesar da indumentária modelada, está revelado, com um simples véu ocultando a nudeza. Aos que se consideraram vitoriosos com o golpe, Samotrácia era metáfora para os que tinham enfrentado os ventos da adversidade. Ferida em suas

asas, sua perna direita à frente da esquerda representa o movimento avante. Ainda que não tivesse plena certeza dos caminhos a seguir, como seriam, como se definiriam e se configurariam – sem a cabeça – Samotrácia marcha. Nada a esconder, somente a revelar. Seu corpo expõe a crua realidade velada, revelada pelo vento: o perigo comunista. Mas a vitória não exclui a apreensão. O poder é abstrato, existe no “entre”. “Tens medo de ser na ação e no valor o mesmo que és no desejo?”⁵ indagou *Lady Macbeth* (*Shakespeare, Macbeth*, I, VII). A atmosfera, no poder, mistura bravura e pânico, hesitação e atrevimento. Fracos acovardavam-se mais. Pusilânimes esforçavam-se para serem travessos. Apavorados uns, macabros outros, tenebrosa é a psicofera de um golpe militar. “Ser o rei não é nada. Há que sê-lo sem perigo”⁶, asseverou o indomável rei *Macbeth* (*Shakespeare, Macbeth*, III, I).

Os perdedores – os defensores do governo Goulart e do respeito à ordem democrática, antes do esquecimento, do desperdício do tempo e do próprio malogro, poderiam ainda soerguer-se naquela madrugada de 31 de março para 01 de abril. Desorientados, atrapalhados, enfim desgraçados por forças opositoras, perdiam-se não da posse do poder, mas imergiam-se absortos em conjecturas, em sonhos frustrados ou em fantasias a realizar-se. Samotrácia poderia ser também um símbolo para os perdedores. As angélicas asas dos ideais, que os poderia justificar, não seriam mais ligeiras, nem teriam mais sua harmônica forma, nem voariam tão alto – eram asas quebradas. Sem proteção com a pretensa vontade de estabelecer a democracia, faltando-lhes qualquer legítimo ornamento para justificar seu ato, sem adorno e disfarce, patente a vontade dos golpistas consumava-se. Apenas um leve tecido, totalmente entrelaçado, em uma trama repleta de conluios e intrigas, barganhada por todos os atores do ardid, tapava o corpo nu de Samotrácia. Esta túnica, alva, poderia ainda cobrir os vilões de suas verdadeiras intenções, disfarçando-os para parte da população, e os fantasiando para outra parte. Os perdedores não dispunham mais do poder, o presidente da nação fora deposto, e, aparentemente, estava refugiado. Restava àqueles idealistas apenas o poderoso vigor de não se acomodarem, deveriam ir adiante, à luta. O pé recuado de Samotrácia não estava solidificado no chão, logo estava em ação. Esta locomoção, de um pesado corpo, necessitando erguer exaustivamente tornozelo e artelhos, manter-se vertical para não cair, e andar,

⁵ Tradução de Manuel Bandeira, 1961 – José Olympio Editora, São Paulo.

⁶ *Ibidem*.

deslocando-se vagarosamente, avançando, sem dúvida vagueando, mas progredindo – era o que permitia aos perdedores continuar existindo.

A mesma Vitória de Samotrácia pode ser interpretada a partir da perspectiva de cada um dos atores políticos. A vitória ou a derrota em 31 de março e 01 de abril era uma questão de perspectiva. Se Vitória de Samotrácia com seu corpo assombroso pudesse definir os sentimentos que pairavam em ambos os grupos, ela diria: *tenho medo*.

O temor sobre o futuro espriava-se. A reação por parte da população consciente do significado do golpe foi divergente. Houve os que aterrorizaram-se. Houve também aqueles que entre os males supôs ser o golpe o menor, com o objetivo de o comunismo não ser implantado no Brasil. O receio foi uma postura daqueles que percebiam os riscos da ruptura democrática, mas também esses não eram capazes de dimensionar a relevância da violação institucional sobrevinda. Uma atitude impávida ante o curso da história era praticamente inexistente entre os que possuíam percepção política. Houve efetiva neutralidade de alguns, especialmente por não serem engajados politicamente ou não quererem alinhar-se a nenhum dos discursos vigentes. Houve aqueles que se supuserem vitoriosos, triunfantes ante os adversários políticos. Com esforço e dedicação, supunham que tinham alcançado o êxito, na medida em que derrubaram um governo a que acusavam de corrupto e pró-soviético.

Seria o Brasil uma nova Cuba caso não ocorresse a intervenção civil-militar? Era esta a questão que, em grande parte, movia aqueles que se autodenominavam “salvadores da democracia” e, por isso, justificavam a violação da democracia. O Brasil era nos últimos dias de João Goulart considerado o elo frágil da aliança ocidental, o que espriou medo aos setores conservadores brasileiros. O jornal *The New York Times* participou desta hipérbole sobre o poder cubano no Brasil. Em editorial, de 3 de abril de 1964, denominado “*Finale para Goulart*”, o *The New York Times* abertamente expôs sua visão sobre o perigo dos esquerdistas realizarem uma revolução cubana no Brasil.

Fim para João Goulart. Quando ele passou pelo teste, ele não teve apoiadores. Ele confiou nestes para deter a ação. Foram presos em fuga, abaixando suas armas, dando-lhe às costas. “Jango” Goulart era um general sem batalhões. O Brasil, como em sua própria tradição, tinha passado por mais uma revolução pacífica. Nós não lamentamos pelo fim de um líder que tinha provado ser tão incompetente e irresponsável. Para recordar, não se deve esquecer que, a poucos anos, presidentes foram depostos no Peru, Argentina, Equador, Guatemala, República Dominicana, Honduras, e agora no

Brasil. Nenhum latino-americano conforta-se com esta recordação, nem Washington.

A transição para um *status* permanente no Brasil não deve retardar-se um dia além do necessário. A situação econômica é ruim. A situação fiscal é péssima. As massas estão infelizes e insatisfeitas, e as classes-média estão sofrendo severamente com a inflação. A fraqueza dos negócios está trazendo desemprego. O que o Brasil necessita é tão simples de expor e tão difícil de alcançar: estabilidade política; contenção da inflação e gradual deflação; trabalho, paz e, acima de tudo, uma reforma agrária em escala maior. Os brasileiros apenas precisam de metade da chance, pois eles têm uma riqueza natural, vastos recursos físicos e humanos, muita vitalidade, um maravilhoso senso de tolerância mútua, habilidades nos trabalhos, e com tudo isso eles podem desgovernar-se e sair dos trilhos mais rápido do que qualquer nação na América Latina. Eles têm, ao longo de sua história, sofrido da carência de líderes de alta categoria. As avaliações positivas sobre João Goulart eram certamente muito baixas. Ranieri Mazzilli, que agora é o novo presidente incumbente por quatro meses, é exatamente isto: um hábil cidadão patriótico sustentando o leme da embarcação até que um presidente eleito possa assumir. Estudiosos dos negócios brasileiros têm recentemente profetizado grandes mudanças. Talvez a remoção do Presidente Goulart por altos oficiais, e os sinais dos “negócios como devem ser” não sejam evidências de mudanças. O notável economista Celso Furtado escreveu um famoso panfleto menos de dois anos atrás que o Brasil estava maduro para a revolução. Felizmente, o Brasil é um país na América Latina que pode fazer uma revolução social pacífica e democrática⁷.” (New York Times, 03 de abril de 1964)

Dando voz ao regime militar, o mesmo jornal, em artigo de 15 de abril de

⁷“Exit João Goulart. When it came to the test, he had almost no supporters. Those he counted on gave up, fled, were arrested, laid down their arms, turned away. “Jango” Goulart was a general with no regiments. Brazil, as is her tradition, has had another peaceful revolution. We do not lament the passing of a leader who had proved so incompetent and so irresponsible. Yet, for the record, let it not be forgotten that within a few years constitutional Presidents have been overthrown in Peru, Argentina, Ecuador, Guatemala, the Dominican Republic, Honduras and now Brazil. No Latin American can take comfort in such a record, nor can Washington.

The transition to a permanent status in Brazil must not be delayed a day longer than necessary. The economic situation is bad; the fiscal situation is awful; the masses are unhappy and restive, and the middle classes are suffering severely from the inflation; the slackening of business is bringing unemployment. The things that Brazil needs are so easy to state and so hard to achieve: political stability; a halt to inflation and a gradual deflation; labor peace and, above all, an agrarian reform on a major scale. Brazilians only need half a chance. They have such a naturally rich country, such vast physical and human resources, so much vitality, such a wonderful sense of mutual tolerance, such working class skills, that they can pull out of tailspins faster than any nation in Latin America. They have, throughout their history, suffered from a lack of first class rulers. Joao Goulart's rating was certainly very low. Ranieri Mazzilli, who is now an Acting President for the fourth time, is just that and nothing more—an able, patriotic citizen holding the helm of the ship until an elected President can take over. Students of Brazilian affairs have recently been prophesying great changes. Perhaps—but the ouster of President Goulart by Brazilian senior military officers and the signs of “business as usual” are no evidence of change. The noted economist Celso Furtado wrote in a famous pamphlet less than two years ago that Brazil was ripe for revolution. Fortunately, Brazil is one country in Latin America that can make a social revolution peacefully and democratically.” (New York Times, 03 de abril 1964)

1964, expõe que documentos foram encontrados revelando que maquinações esquerdistas estavam em curso no mês de março, tendo sido contidas pelos militares. O jornal “Folha de São Paulo”, em 01 de abril, publicou com grande destaque a seguinte manchete: “II Exército domina o vale do Paraíba”. O editorial da edição deste dia, intitulado “Discurso Infeliz” usou predicativos pouco neutros para a situação vivida no momento. Afirmava que Jango “atacou duramente a constituição”, e que é “patente a interferência das mais espúrias forças de pressão até mesmo na escolha dos mais altos chefes militares”, isto é, a acusação de cubanização de setores das forças armadas. Afirma ainda que Jango não era “governante ponderado”, e reclamava do pouco prestígio dado às forças armadas pelo presidente.

Mais forte, porém, do que esse anúncio de benefícios salariais foi a insistência nas reformas de base, as reformas a que nem o presidente nem os seus assessores até agora deram conteúdo. Usou delas, como tem repetidamente feito, pura e simplesmente como ariete contra a Constituição, que ele deseja reformar a qualquer preço como se a ele coubesse, dentro da ordem constituída, alterar a constituição. Não poderia faltar, é óbvio, o condimento do ataque aos privilegiados. [...] Contra todos aqueles brasileiros que lutam por situações democráticas e legais, pois estes é que são hoje os “privilegiados”, termo não à toa criado pelos filósofos comunistas que orientam as falas presidenciais. (Folha de São Paulo, 1964, 4)

Na edição deste dia, a “Folha de São Paulo” citou artigo de *Tad Szulc*, jornalista do *The New York Times*, às vésperas do golpe⁸. O jornal brasileiro intitulou o recorte como “*New York Times*: A Política do Brasil à Beira do Caos”. No dia seguinte, 02 de abril de 1964, a capa da Folha de São Paulo expõe: “Congresso declara presidência vaga: Mazzilli assume”. O editorial do dia, apoiando o desempenho dos opositores do presidente, explicitou sua perspectiva:

São claros os termos do manifesto do comandante do II Exército. Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Ora, a pátria estava ameaçada pelo comunismo, que o povo brasileiro repele. Os poderes constitucionais haviam sido feridos de morte, tanto os desrespeitos à Constituição, à lei, ao regime federativo. E a ordem periclitava com a quebra de disciplina e de hierarquia nas Forças Armadas. (Folha de São Paulo, 01 de abril de 1964, 4)

É necessário cuidarmos para não resvalarmos em maniqueísmos, apaixonados e apaixonantes, ao analisarmos os eventos ocorridos naquele outono. Se nossa analogia com a Vitória de Samotrácia é cabível às duas forças em disputa, sendo a

⁸ Folha de São Paulo, 01 de abril de 1964, página 5, no 1º caderno.

primeira comparação representada pelos líderes Magalhães Pinto e o General Mourão Filho, e a segunda comparação representada pelo presidente João Goulart e o governador rio-grandense Leonel Brizola, a correspondência não é pertinente à grande maioria dos espectros sociais do golpe, pois a ditadura não foi una, mas várias. Entre seus apoiadores, havia grupos distintos, conforme salienta Reis Filho: “liberais conservadores, conservadores arcaicos, liberais internacionalistas, corporativistas-estatais, anticomunistas radicais” (Filho, 2014, 53). *Coup de maître*⁹, supuseram. Não tendo lugar estabelecido no governo militar surgido, logo alguns opositores entenderam tratar-se de um *faux pas*¹⁰. As divisões de interesses e ideologias revelaram-se pouco depois verdadeiras fissuras no projeto militar de poder; antes, contudo, de tal perspectiva, era necessária a escolha de uma liderança, de preferência militar, que pudesse costurar a unidade entre aqueles grupos, a fim de manter-se o triunfo. Dentro deste aspecto, o papel do discurso é marca central daqueles dias.

Por discurso entenderemos aqui sua acepção política, conforme é apresentado por *Roberto Bobbio*, na introdução de seu “Dicionário de Política”. *Bobbio* assevera que o discurso político possui significações distintas, sobretudo com o vocábulo determinado a que se acopla o discurso. Por democracia, por aristocracia, por déspota, por política, por corrupção, há concepções as mais distintas através do uso do emprego das palavras em diversas épocas. Os conceitos por trás dos discursos indicam intenções, objetivos e ideários. Trata-se efetivamente de uma disputa pela palavra, disputa pela apropriação de conceitos com objetivos específicos. Sendo o universo do discurso político a arte do raciocínio adequadamente transmitido (e por isso pode-se associar política à pedagogia), cremos que a política está para além do filosofar. É a capacidade de forjar crenças e pessimismos, é, antes, a exposição daquilo com que não se concorda, a rivalidade e a divergência, e enraíza-se na natureza conflituosa e bélica, na contenda verbal e, ao mesmo tempo, na arte de conseguir unir partes. Por este movimento sistáltico, a política inventa a sociedade e necessita da hegemonia. Sendo o discurso a zona movediça, flexível e abrangente, que expõe (ou esconde) a disputa pela hegemonia, precisamos também delimitar o conceito de hegemonia.

A própria palavra hegemonia sofre igualmente de todo tipo de ambiguidade e interpretação. O uso marxista aplica-se especificamente a diversas instâncias de

⁹ Golpe de mestre;

¹⁰ Passo em falso;

poder, como as relações entre os Estados, entre as classes sociais, entre os partidos políticos, bem como a propósito das instituições e dos aparelhos públicos e privados. Há uma tênue divisão entre compreender hegemonia como persuasão, o que mais se aproxima do sentido de discurso, ou como domínio, que mais atrela o conceito às acepções de poder ditatorial. O primeiro tem valor persuasivo, o segundo coativo. À capacidade de persuadir pode-se atrelar diversas outras capacidades, como a habilidade em tornar o próprio discurso digno de crédito, e por sua força de “fé” prestá-lo à propaganda realizada consciente ou inconscientemente pelas pessoas. Ser crível, e insuspeito, induz o homem de fé, conquistado, a assimilar valores, consumando-se o fundamento da persuasão, a capacidade de conduzir alguém a alguma coisa, natureza imiscuída entre persuasão e ensino. Estar persuadido molda destinos, implica em voluntariosa sujeição a valores complacentemente, mansamente ou gostosamente aceitos. É a boa vontade para com os conceitos tornados hegemônicos. O motor a induzir valores, semear sedução e estimular influência, exortativo por inclinação à comunicação, torna-se, seja qual for sua gênese e seus primários objetivos, a verdade, o bom amor pela verdade, idolatrada pela tradição. Já a coação é um instrumento comportamental mais perigoso, porque mais explícito. A severidade com que os opositores de João Goulart atingiram seu governo era a própria coação praticada, em nada travestida, mistura de autoritarismo e intolerância, a lei aos inimigos. Não deixava de ser um abuso do poder em nome da liberdade, escondendo o reacionário comportamento na permissão da lei. O equilíbrio, a democracia pluriparticipativa fundamentada e não reles opinatória, nada disso pode-se encontrar no *modus operandi* da oposição a Goulart. A lei do canhão fora imposta, por fim, por se tornar insustentável os grilhões que o cabresto da oposição impôs, dia-a-dia, ao cubículo que se tornou as possibilidades do presidente e seu governo. A oposição encarcerava o príncipe. Ao agrilhoado só caberia, por fim, abdicar: João Goulart, acusado por uns de relapso, por outros de complacente, e ainda acusado de insubmisso. Seu governo, tão inábil, quanto desprotegido, não resistiu. Para além de qualquer culpabilidade sobre a capacidade articulatória política de Jango, seu pioneirismo em tentar forjar uma revolução das bases – ou antes, segundo seus críticos, sua tentativa para reverter os valores democráticos e libertários – fatigava a sociedade, novata nas revoluções, habituada a governos malsucedidos, povo dividido

entre a conformação e a luta em dois campos opostos, suposta direita (em verdade conservadores¹¹) e suposta esquerda (em verdade nacional-desenvolvimentistas)¹².

Uma das hegemonias vencera.

Antonio Gramsci compreende a hegemonia como a “direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país.” (*Bobbio*, 1998, 580).

O *coup d'état* de 1964, à luz do conceito gramsciano, é um marco pela disputa hegemônica do país. O pavor da influência cubana persuadiu importantes setores influentes da população. Os argumentos do “perigo soviético” utilizados pelos setores golpistas foram apresentados e aceitos como verídicos junto a grandes parcelas da classe-média. O estratagema astuto do líder carismático de oposição, Carlos Lacerda, foi também importante em termos de força persuasiva e poderia pôr inveja até no *Duce*¹³. Dotado de brilhante dom retórico, Lacerda cresceu politicamente na UDN, criando polêmicas em diversos governos, especialmente no de João Goulart. Muitos associavam seu apoio como importante legitimação da ação golpista, espécie de garantia da verdade perante camadas populares. Lacerda encarnava para muitos, sem pospor ou antepor uma vírgula, a verdade.

O papel de grande parte da mídia impressa contribuiu sem dúvida no processo de manipulação das massas. O conceito de liberdade também foi utilizado, seja pelos defensores do novo regime, seja pelos pró-Jango. Os primeiros advogavam pelas

¹¹ Definir estes grupos como de direita parece-nos inexato, uma vez que a base conceitual da direita tradicional está no liberalismo de Adam Smith e na ação política dos girondinos. A suposta direita brasileira nem era plenamente adepta ao livre-mercado, nem era favorável aos conceitos socioculturais do liberalismo pleno. Tratava-se, em verdade, de grupos políticos conservadores, no próprio sentido da palavra, aqueles que defendiam a inalterabilidade do *status quo* oligárquico brasileiro. Não eram igualmente liberais no sentido do zelo pela liberdade de opinião e de ação, com espírito aberto e tolerante, rechaçando autoritarismos, ortodoxias e formas tradicionais de pensar e agir.

¹² Consideramos que uma “verdadeira esquerda” não pode ser simploriamente responsabilizada pela polarização política do período. O PCB e seu famoso líder, Luiz Carlos Prestes, projetavam-se popularmente, mas não tinham o poder da máquina pública que possuía o PTB, nem tampouco eram peremptoriamente apoiados entre a população. A falta de tradição de uma esquerda exitosa no Brasil, uma vez que a tentativa da tomada ao poder de Prestes em 1935 falhara, contribuiu para que o PCB não tivesse papel protagônico em 1964. Cabe ainda ressaltar que a influência soviética no Brasil diminuía significativamente, desde 46, quando o PCB alcançou 10% de votos nas eleições presidenciais. O próprio PCB e as esquerdas estavam divididas no Brasil, já que sofriam o impacto teórico das tendências pós-stalinistas, bem como o choque da inesperada revolução cubana.

¹³ Palavra italiana que significa “líder”, tendo sido associada ao fascista Benito Amilcare Andrea Mussolini.

liberdades constitucionais, sobretudo aquelas de caráter liberal, como o direito à propriedade privada, à meritocracia, etc. Os demais advogavam pela liberdade de planejar e de realizar as reformas básicas no Estado brasileiro. Moldavam assim o povo brasileiro, ocultamente, sem haver a vontade consciente de grande parte da população sobre os destinos traçados por vencedores e perdedores. Suprimiu-se no período muitas informações que poderiam desmentir a “ameaça vermelha” e a “iminência de um golpe de esquerda”. Essas versões não tiveram repercussões significativas, inclusive pela carência de meios de comunicações para expressá-las, uma vez que os principais meios midiáticos situavam-se propensos a aceitar a manobra militar. A constante repetição na mídia do perigo “vermelho” operou contribuindo para o convencimento da população. “A importância da mentira em política, assim como a sua eficácia quando orientada a fins manipulatórios, ou seja, para obter o consenso do público ou de outros atores políticos, foram postas em relevo e discutidas por muitos pensadores políticos clássicos, como Platão e Maquiavel” (Bobbio, 1998, 729).

A par da mentira está à supressão da informação, ao não se publicarem certas notícias, restringindo o conhecimento e a capacidade de avaliação dos leitores, contribuindo para o engano. Tratava-se de explícita manipulação. Houve os que sem muito compreenderem os fatos alinharam-se ao juízo da maioria. A passiva aceitação das ideias dos golpistas por parte de expressivo setor da população é algo que ainda precisa ser melhor estudado na historiografia do golpe-civil militar. O conformismo dos primeiros dias de abril é de complexa compreensão.

“Dormia
A nossa pátria mãe tão
Distraída
Sem perceber que era
Subtraída
Em tenebrosas transações.
Seus filhos
Erravam cegos pelo
Continente
Levavam pedras feito
Penitentes
Erguendo estranhas catedrais” (Chico Buarque e Francis Hime, *Vai Passar*, 1984)

Não era simples analisar os discursos e formar resoluto opinião sobre a situação em marcha. Fáceis promessas impossíveis, mentiras, imprecisão de informações, a ação oposta de movimentos populares a agitar as hordas, como o

“Comício de 13 de maio” e a “Marcha para a Família com Deus”, uma a representação do giro à esquerda do governo, outra a fortaleza dos conservadores, as duas terreno poderoso para que as massas irracionais, desviadas dos fatos concretos da realidade política, se alimentassem de promessas inviáveis, formando uma evidente praxe demagógica.

A sociedade dividiu-se. Diferentemente da antiga secessão da plebe romana para o *Aventino*, quando se separaram geograficamente a plebe e os patrícios, em 494 a.C, no Brasil o desfecho foi trágico, pois não houve a figura de um *Menênio Agripa* a advogar pelo retorno da plebe à cidade, defendendo a necessidade absoluta de todas as classes como membros do organismo social. Em 1964, a separação radical dos grupos sucedeu-se à hegemonia de um dos grupos. À sorrelfa, o golpe estava dado, e com êxito. Na construção da hegemonia e do discurso, o golpe deixou de ser golpe e tornou-se revolução.

1.4. Dos primeiros anos até o AI5

Felinamente o general Arthur da Costa e Silva, alegando ser o mais antigo chefe militar na ativa, autoproclamou-se Ministro da Guerra, *noblesse oblige*¹⁴. Sua ousadia indicava que não haveria tempo nem espaço para vácuo de poder. Os primeiros dez dias do novo governo militar foram o período que se constituiu uma Junta, resultando na primeira declaração do chamado “Ato Institucional”, decreto ditatorial que seria seguido por outros. Este movimento autoentitulou-se “Comando Supremo da Revolução”. O embaralhamento de conceitos propagava-se engenhosamente. Revolução ou golpe de Estado? Havia ainda os que denominavam por “revolução” o que João Goulart queria implementar no Brasil, sendo o movimento militar, portanto, a contrarrevolução. São disputas de discurso que se misturaram ao ideário político nacional de 1964, revelando as camaleônicas interpretações sobre a sorte lançada. Se os militares se autodenominavam também de “contrarrevolucionários”, isto significava admitir que Jango fora um “revolucionário”, sendo cada antonomásia ordenações excludentes de cada um dos discursos. Uma verdadeira nomenclatura, porém, na imprecisão de conceitos fora abafada: ditadura.

¹⁴ Máxima tirada de *Maximes et Réflexion*, do duque de Lévis (1808). Significa que alguém deve honrar seu sangue; “*Maxime tirée de Maximes et Réflexion, du duc de Lévis (1808), et signifiant que l'on doit faire honneur à son rang.*” Larousse, *Dictionnaire de français Larousse*. Paris. Édition Département dictionnaires et encyclopédie. 2012.

O episódio brasileiro foi um típico processo ditatorial. A Junta ampliou e concentrou os poderes nas mãos do Executivo (manteve-se a divisão de poderes), cassou mandatos eleitorais legislativos nas três esferas da federação e revogou, por seis meses, certas garantias constitucionais. A Junta também impôs que deveriam ocorrer novas eleições até 31 de janeiro de 1966.

O General Castello Branco firmou seu nome entre militares como escolha ideal para assumir a presidência da República. Lutara na Segunda Guerra mundial, era amigo de oficiais americanos, além de ser conceituado por seu anticomunismo, guardando ainda a nominata de militar culto e civilista. Após complicadas negociações – quando outros pretendentes perderam espaço na disputa pelo poder – Castello Branco foi eleito em 11 de abril de 1964 por um congresso castrado pelas depurações realizadas em seu seio. As primeiras ações da ditadura não personificaram o novo presidente como um grande chefe a ser adorado, traço atípico em ditaduras. O poder foi oficialmente delimitado ao pequeno grupo da Junta. Colocando-se veladamente acima da lei, o novo regime prometeu nova constituição, que seria em verdade um pretexto para manter o discurso da revolução a favor da democracia. Instrumentos coercitivos foram logo estabelecidos.

Algumas das lideranças civis do golpe (Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros) queriam uma *limpeza* em regra, para reduzir drasticamente as chances de que políticos e partidos vencidos – seus potenciais concorrentes – disputassem as eleições previstas para 1965 e 1966.

Limpeza mais funda ainda era exigida por numeroso grupo de chefes militares, que assumiriam rapidamente a condução de diversos Inquéritos Policial-Militares. Estes também não queriam ouvir falar de *intervenções cirúrgicas* e defendiam a permanência no poder, por tempo indeterminado, dos vitoriosos, até que fosse possível erradicar o *comunismo* e o *varguismo*. (Reis Filho, 2014, 49, 50).

Em breve tempo, um dos típicos problemas de todas as tiranias tomou conta do debate: as regras da sucessão. Neste caso, efetivamente havendo eleições marcadas para 1966, a questão era como se daria o jogo de poder intramilitar e civil para transcorrer a sucessão. Compreendeu-se que uma legítima expressão dos desejos do povo através de eleições poderia fragilizar o regime, no caso de um possível resultado negativo dos militares; ou sobrevinha a “limpeza”, ou punha-se em risco as conquistas do novo regime.

Mecanismos coercitivos começaram a ser elaborados a fim de que houvesse pleno controle pelo regime de segmentos da educação, dos meios de comunicação e

também das instituições econômicas.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade afirma que a onda repressiva depuradora iniciou-se desde o primeiro dia da conflagração.

Uma perseguição violenta atingiu sobretudo indivíduos e organizações mais identificados como esquerdistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). [...] Milhares de pessoas foram presas. Segundo a embaixada norte-americana, nos dias seguintes ao golpe, prenderam-se em torno de 5 mil pessoas, e a ocorrência de brutalidades e torturas foi comum, especialmente no Nordeste”. (Brasil, 2014, 98).

Economicamente, a preocupação central do novo governo voltava-se à estabilização da moeda. Feito novos diagnósticos sobre os motivos dos desequilíbrios macroeconômicos, Otávio Bulhões, então o novo ministro da fazenda, elaborou o Programa de Ação Econômica do Governo, conhecido como PAEG. Neste a solução encontrada forçaria uma contração econômica, adicionada a profundas reformas institucionais nos agentes econômicos. Os objetivos foram ambiciosos: elevar o crescimento do país a 7% ao ano e derrubar a inflação para 10% ao ano. O desemprego cresceu rapidamente como consequência do PAEG. Por outro lado, criou-se o Banco Central e o Banco Nacional de Desenvolvimento¹⁵, ampliou-se a oferta de crédito, instituiu-se a correção monetária automática – ORTN – para recompor o poder de compra, isto é, indexou-se a economia. O tabelamento salarial, a extinção da estabilidade geral e a gestão governamental direta em diversas frentes de trabalho almejou liberalizar a economia, adequando-se concomitantemente aos ditames monetaristas ortodoxos. A reforma tributária fomentada explorou o chamado “efeito de regressividade”, tributando-se mais quem tem menos renda. Novos impostos estaduais e municipais foram criados. O PAEG alcançou seus resultados: a inflação reduziu-se próxima à meta, os salários foram recompostos, as exportações ampliadas, as importações reduzidas, as reservas nacionais foram recompostas. Renegociou-se o pagamento dos juros da dívida externa. A queda da renda foi uma das consequências previstas e concretizadas. A impopularidade foi, portanto, consequência automática, sobretudo em setores mais pobres.

O Governo Castello Branco alinhou-se no âmbito da política externa aos Estados Unidos, rompendo com a Política Externa Independente. No próprio dia 02

¹⁵Inicialmente chamava-se BNDE, hoje BNDES.

de abril, os Estados Unidos reconheceram o governo militar como legítimo. As relações diplomáticas com Cuba foram rompidas (só retomadas no governo de José Sarney), e em 1965 o Brasil participou da intervenção militar na República Dominicana, comandada pelos Estados Unidos, sob a bandeira da OEA. A atuação brasileira, inclusive, foi uma negação ao princípio de não-intervenção que fora sustentado mesmo no governo ditatorial do Estado Novo. Também o diálogo em curso com a China feneceu. Curiosamente, o Brasil manteve relações normais com a URSS e com os países da esfera soviética do Leste Europeu. Amado Cervo considera este período da Política Externa nacional um “passo fora da cadência” (Cervo/ Bueno, 2012, 394).

O governo Castello Branco autoprorrogou seu mandato, ainda que consumido pela impopularidade com a publicação do AI2. Com o novo Ato, as eleições para presidente da República passaram a acontecer indiretamente. Os partidos existentes dissolveram-se por força da lei, estabelecendo-se, por determinação oficial, o sistema bipartidário. Governadores eleitos foram depostos e a eleição indireta para governador tornou-se igualmente lei. O AI3 extinguiu igualmente as eleições para prefeito das capitais dos estados. O regime militar fechava-se e afastava-se cada vez mais da restituição ao povo da ordem democrática. Os dois partidos sobreviventes eram o ARENA e o MDB. O primeiro, Aliança Renovadora Nacional, congregava apoiadores explícitos dos usurpadores, provenientes do PSD e da UDN. O segundo, o Movimento Democrático Brasileiro foi oficializado como o partido de oposição, sem ser propriamente antigovernamental; para existir na legalidade seria necessário não afrontar ao Governo. O AI4 revogava, definitivamente, a Constituição de 1946 e convocava o Congresso para votar uma nova constituição, que foi promulgada em 24 de janeiro de 1967. Na luta interna do alto escalão militar, o general Costa e Silva, ministro do exército, saiu vencedor, e elegeu-se indiretamente, através do Congresso, a novo presidente do Brasil em fins de 1966.

Antigos apoiadores do regime articularam-se contra a perpetuidade dos militares no poder. O Estado de São Paulo, Correio da Manhã e o Jornal do Brasil distanciaram-se do governo e passaram a publicar artigos críticos. Uma inimaginável frente, denominada “Frente Ampla”, composta por adversários políticos como Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek, organizou-se em 1967. As manifestações de intelectuais contra o governo tornavam-se gradativamente afrontas. Sem a volumosa bilheteria do filme de Roberto Farias sobre o cantor Roberto Carlos,

ou do filme “Esta noite encarnarei no teu cadáver”, do cineasta “Zé do Caixão”, algumas obras cinematográficas começaram a despontar no gênero social-crítico. É o caso de *Os fuzis*, de Ruy Guerra, e “Deus e o diabo na terra do sol”, de Glauber Rocha, filmes inclusive do ano de 1964.

Formava-se paralelamente ao novo governo o poder do movimento estudantil. Este, numa passeata de grande vulto, a chamada “Passeata dos Cem Mil”, no Rio de Janeiro, manifestou o descontentamento com o regime, com presença de artistas famosos protestando. Organizações revolucionárias clandestinas enfrentavam às armas a ditadura. Foi o caso da Ação Libertadora Nacional, a ALN, constituída por ex-militantes do PCB e dirigida por Carlos Mariguella. Importante participação também teve a Vanguarda Popular Revolucionária, a VRN. Toda esta oposição, formada por estudantes, guerrilheiros, artistas, professores, profissionais liberais, religiosos, *et cetera*, era uma confusa, heterogênea e desarticulada força de resistência ao despotismo. Como afirma o historiador: “associavam-se nas críticas à ditadura, contudo suas afinidades terminavam aí. (Reis Filho, 2014, 70)” Era, porém, suficiente para fomentar a reação do regime. Como afirmou Olympio Mourão Filho em suas *Memórias*, seria preciso “almoçar os inimigos, antes que eles nos jantem.” (Mourão Filho, 1978). “Quantas vezes teremos que reiterar que a Revolução é irreversível?” (*Skidmore apud* Portella de Mello, 1988, 166)

A resposta militar aos insatisfeitos questionadores veio através de um Ato Institucional, o AI-5. As cassações políticas estavam autorizadas. O presidente da República não mais sofreria limitações previstas na Constituição, podendo suspender direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e podendo cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Ficava suspenso o *habeas corpus*. Todas as ações do presidente da República transformaram-se em, pela força da lei, imputáveis. Imediatamente dezenas de cassações no Congresso desenrolaram-se, especificamente 51 deputados do MDB e 37 do Arena. Três ministros do Supremo Tribunal Federal foram aposentados compulsoriamente.

Um balanço das cassações e perseguições políticas mostra a amplitude da repressão durante os governos militares. Inventário produzido por Marcus Figueiredo, e citado por José Murilo de Carvalho, apresenta os seguintes números, produzidos entre 1964 e 1973: 1) foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadorias e demissão, 4.841 pessoas; 2) o AI-1 atingiu, isoladamente, 2.990 pessoas, ou seja, 62% dos punidos entre 1964 e 1973; 3) foram cassados os mandatos de 513 senadores, deputados e vereadores; 4) perderam os direitos políticos

35 dirigentes sindicais; 5) foram aposentados ou demitidos 3.783 funcionários públicos, dentro os quais 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos; 6) foram expulsos ao todo 1.313 militares, entre os quais 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores; 7) nas polícias militar e civil, foram 206 os punidos; 8) foram feitas 536 intervenções (durante o período de 1964 a 1970) em organizações operárias, sendo 483 em sindicatos, 49 em federações e quatro em confederações.” (Brasil, 2014, 67)

É o auge da ditadura com o AI-5: aperfeiçoou-se o sistema repressor; vigiavam-se todas as principais instâncias da sociedade civil; censuravam-se opiniões e expressões culturais identificadas como hostis ao regime; Mariguella, o principal símbolo da luta armada da Aliança Libertadora Nacional, a ALN, foi fuzilado em São Paulo numa emboscada; Mário Alves, fundador e secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR - foi preso pelo DOI-CODI, o órgão de inteligência e repressão do governo militar, e morreu em decorrência de torturas; livros e revistas foram censurados; Carlos Lamarca foi morto, em operação que envolveu mais de 200 militares; a guerrilha do Araguaia foi dissolvida, ao longo de dois anos, sendo a tortura largamente aplicada a insurretos e camponeses – em 1975 estavam todos mortos ou presos; detenções arbitrárias; torturas de presos; torturas a familiares das vítimas; torturas praticadas por médicos legistas, incluindo centenas de laudos de morte falsos; chacinas; suicídios decorrentes das dores da tortura; mortes decorrentes do uso arbitrário da força pelos agentes de segurança do Estado; mortes decorrentes do uso da força policial em manifestações públicas; mortes de pessoas detidas sob custódia do Estado; lançamento dos corpos dos torturados e perseguidos ao mar e a rios; incineração e esquartejamento; homicídios com falsas versões de suicídios; tratamentos cruéis, desumanos e degradantes; recusa do Estado em revelar paradeiros de cidadãos preso; desaparecimento forçado de pessoas; detenções ilegais; a incomunicabilidade de presos; cadeira do dragão, palmatória, afogamento, corredor polonês, soro da verdade, injeção de éter, sufocamento, enforcamento, crucificação, eletrochoque, geladeira, cachorros, ratos, jacarés, baratas, pau de arara, cobras, camundongos, coro de cristo, churrasquinho – estes eram os nomes dados a alguns tipos de torturas. O sofrimento da família, a cegueira, a surdez, as sequelas psíquicas eram algumas das consequências dos que sobreviveram nas mãos dos torturadores. As violências sexuais tinham também seus métodos e procedimentos: penetração vaginal, anal e oral, golpes nos seios, socos no estômago para provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva; introdução de objetos e/ou animais na vagina, no pênis e/ou

no ânus; choque elétrico nos genitais; sexo oral; negação às mulheres de artigos higiênicos, especialmente durante o período menstrual; escravidão sexual, prostituição, gravidez por estupro; Havia ainda a violência contra crianças, objetivando afetar seus pais, perseguidos políticos¹⁶. Guerra. *Si vis pacem, para bellum*¹⁷. A máquina da morte atçou-se. Uma guerra civil nas linhas de batalhas. Correrias, agressões, sabotagens, pancadas passaram a fazer parte do cotidiano daqueles que eram contrários ao governo. Os soldados do regime e seus inimigos. Os soldados da liberdade e seus inimigos. Lutadores de ambos os lados. Havia aqueles que batalharam sem nem entender os porquês, ou lutaram por alheios porquês. Milícias e batalhões caçavam-se uns aos outros. Morte tua, vida minha. Defender-se de, abrigar-se com, armar-se contra, minar-se para, resistir a. Crueldade, perversidade, insanidade. É execrável o lodo dos seres. Oprime-se, asfixia-se. Agonizantes, golpeados, lacerados, desesperados. Cruel, incompassivo, desalmado. Desapiedadamente, malevolamente, dolorosamente, tiranicamente. A destruição, os cadáveres, nenhum epitáfio. O sibilante desejo pelo fim, ressoando, zumbindo, uivando, bramindo. A incrível melodia dissonante da perseverança em viver. A surdez como esperança. Uma luz nebulosa. E o devaneio dos torturados.

A solidariedade emergiu. Muitos esconderam em suas casas militares perseguidos por militares, civis perseguidos por civis, militares perseguidos por civis e civis perseguidos por militares. O perigo não abafava escondidos gestos de humanidade. A história deste heroísmo há de ser ainda melhor explorada. Era um outro tipo de integridade aos próprios valores, não a integridade a sistemas políticos, mas ao próprio humano. Impor silêncio às paixões foi atitude de alguns, nada reprochável em tempos de guerra. Incorruptíveis, muitos não priorizaram o todo, mas o próximo mais próximo. São esquecidos coadjuvantes desta brutal história. Participaram a seu modo, fechando-se uns no próprio núcleo familiar, fortalecendo outros o grupo comunitário a que vinculavam-se, fomentando despercebidamente efetivas coalizões a fim de rechaçar a gélida desumanização que se cercou de muitos. Falavam calando.

A insubmissão apaixonada de civis a qualquer poder opositor fez muitos

¹⁶ O registro detalhado das dezenas de tipos de tortura encontra-se em “Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade”. –Recurso eletrônico – Brasília: CNV, 2014. 976p.

¹⁷ “*Se queres a paz, prepara a guerra*”, provérbio presente em inúmeros autores gregos e romanos. (TOSI, 2010, n. 1204)

preferirem a morte à desonra, resistentes ao curso sombrio da época. Hoje heróis, outrora reles vândalos. Cosia-se a conturbada linha da vida. “A guerra torna a paz mais sólida”¹⁸, pensava Tucídides “Estar preparado para a guerra é um dos mais efetivos meios para preparar a paz”¹⁹, segundo o primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington. Aos corvos tal retórica! Melhor o canto da Eneida: “Não há salvação na guerra: ó paz, nós te invocamos”²⁰.” Teus netos colherão os frutos. Ante o imensurável de todas estas lágrimas e sangues, onde o rancor e a esperança, o ódio e o medo estão plenamente mesclados, nada se pode superficialmente concluir. Ante tanta dor, tanta pusilanimidade e tanta honra, tanto ideal e tanto fanatismo, como expressar conceitos como vitória e fracasso? Ante o inominável, apenas resta-nos a frase suicida do poeta: *E o resto é silêncio*²¹.

1.5. A resistência do meio cultural à ditadura no período do AI5

Porém, a necessidade de comunicar-se era maior e irrefreável. Os jovens tinham nascido ou em plena Segunda Guerra, ou imediatamente após o conflito. Já os adultos de meia idade tinham tido oportunidade de conhecer dois mundos, o anterior à guerra – no Brasil era a Era Vargas –, e o mundo pós-guerra – o primeiro efetivo suspiro democrático no país desde a proclamação da República. Eram gerações marcadas por fortes experiências, e que se caracterizaram, não somente no nosso país, como no mundo, como os fazedores da revolução cultural.

A revolução cultural, segundo *Eric Hobsbawm*, envolvia muito além de poesias e canções. A presença de eletrodomésticos inéditos e a maior aceitação do divórcio eram ingredientes de um mesmo fenômeno. *Chaplin* era mito, mas os jovens ambicionavam ser *James Dean*. O rock americano explodiu nos anos 50. Vestia-se *blue jeans* para diferenciar-se do traje dos pais, derrotando-se a *haute couture* parisiense. No topo da política estavam os velhos *De Gaulle*, *Franco*, *Kruschev*. Jovem, inovador e revolucionário era *Fidel Castro*, que tomou o poder com 32 anos.

¹⁸ Tosi, 2010, n. 1204

¹⁹ “*To be prepared to war is one of the most effectual means to prepare to peace*” (Tosi, 2010, n. 1204)

²⁰ Tosi, 2010, n. 1220. Frase original: “*Nulla salus bello: pacem te poscimus omnes*”

²¹ “*The rest is silence*” in *Hamlet* 5.2.342. Esta é a última fala de *Hamlet* na peça. Há interpretações que identificam na palavra “*rest*”, o substantivo que significa “a parte que sobra”; há, contudo, interessante interpretação que identifica ironia de Shakespeare ao considerar a pronuncia do verso em “*th’arrest*”, o ato de ser preso por alguém. Neste caso a tradução livre seria “o prisioneiro é o silêncio”, o que permite inovadoras concepções.

Os cartazes da juventude parisiense de 1968 indicavam: “É proibido proibir”. *Beatles*, pílula e drogas misturavam-se como sinônimos.

O Brasil não esteve alheio a este momento libertário. O regime militar com o AI5 receberia contumaz resposta especialmente dos jovens. Não apenas o movimento estudantil, mas a canção popular com nomes como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Paulo Coelho. O teatro era espaço de denúncia e, conseqüentemente, de censura e repressão. O *boom* literário no Brasil do começo dos anos 70 foi acompanhado de pesada censura. A imprensa clandestina inspirava-se em *Jean Paul Sartre*, e até mesmo em meio conservadores como a Igreja Católica surgiu uma juventude libertária, esboçando as primeiras linhas da Teologia da Libertação. Foram jovens nesta geração José Serra, Lula, Fernando Henrique Cardoso, Dilma Rousseff – protagonistas da cena política atual, perseguidos que foram então.

Mil novecentos e sessenta e oito foi marcado por grandes confrontos entre estudantes e policiais. O endurecimento do dia 13 de dezembro, uma sexta-feira, com a edição do AI-5, empurrou os jovens mais exaltados à clandestinidade. Geraldo Vandré, censurado, dava o tom, embalado pelo violão: “vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer²².”

O ano de 1968 também foi marcado pelo grande número de manifestações públicas de protesto contra a ditadura. No dia 28 de março daquele ano, uma manifestação que reivindicava melhorias no restaurante estudantil conhecido como “Calabouço” terminou com a morte de um secundarista de 18 anos chamado Edson Luís de Lima Souto, assassinado por um policial militar com um tiro no peito. Os manifestantes levaram o corpo até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para evitar fraude nos laudos médicos e expor em público o crime cometido pela PM. No dia seguinte, o sepultamento de Edson Luís se transformou em um ato público de protesto e denúncia da violência cometida pelo Estado ditatorial (Brasil, 2014, 399)

A partir da morte do estudante secundarista Edson Luís, milhares de pessoas saíram em protesto pelo país. Outras mortes, somando-se em dezenas, foram registradas em decorrência dessas manifestações. “No dia 4 de abril, centenas de missas por Edson Luís foram celebradas em todo país e se tornaram verdadeiras manifestações públicas de oposição à ditadura” (Brasil, 2014, 400). A pressão de artistas e intelectuais forçou o governador do Rio de Janeiro, Negrão de Lima, a autorizar uma manifestação para quarta-feira, 26 de junho de 1968. Ficou conhecida

²² “Pra não dizer que não falei das flores”, Geraldo Vandré, foi a canção que recebeu o 2º lugar no Festival Internacional da Canção de 1968, perdendo para “Sabiá”, de Chico Buarque.

como a “Passeata dos Cem Mil”, concentrada entre a Cinelândia e a Candelária, no Rio de Janeiro. A partir desta mobilização, as tensões acirraram-se ainda mais, cujo ápice se deu com o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. As mobilizações somente voltariam a ganhar força sete anos depois, com o assassinato de Vladimir Herzog.

Caetano Veloso e Gilberto Gil foram presos por policiais à paisana, sem qualquer acusação formal, quatorze dias após ser decretado o AI-5. Na mesma Vila Militar em Deodoro, subúrbio do Rio de Janeiro, fora preso o poeta Ferreira Goulart.

A tortura psicológica também era constante. Caetano Veloso foi conduzido por um oficial, um sargento e um soldado que portava uma metralhadora para fora do edifício onde se localizavam as celas. O compositor foi levado a uma estrada isolada, ainda dentro do quartel, com várias pequenas edificações em seus arredores. O tom solene e ao mesmo tempo, ameaçador dos militares causava em Caetano Veloso a certeza de que passaria por uma sessão de tortura ou até mesmo ser executado. A certa altura do percurso, foi ordenado a parar e não olhar para trás. (Brasil, 2014, 347).

Nenhum tiro. O objetivo era aterrorizar o prisioneiro.

O escritor Paulo Coelho, com sua namorada Adalgisa Rios, chegou a ser sequestrado após um interrogatório no DOI-CODI do Rio de Janeiro. A tática isentava oficialmente a responsabilidade do Estado, uma vez que o sequestrado passaria a ser considerado “desaparecido”. Um oficial chegou a declarar ao pai do escritor: “Solto ele foi. Se seu filho não chegou em casa, vai ver que entrou na clandestinidade”. [...]Ao contrário, Paulo Coelho estava preso e “foi torturado na “Geladeira”, cela mantida em baixa temperatura em que o preso permanecia nu” (Brasil, 2014, 349, 350).

“No dia 10 de fevereiro de 1971, Augusto Boal foi sequestrado ao sair do ensaio no Teatro de Arena, em São Paulo, por três homens armados sem nenhuma identificação. Foi fichado no DOPS com um nome falso. Este procedimento dificultava a busca de parentes e amigos por presos políticos” (Brasil, 2014, 361). Acusaram Boal de ser portador de informações a Carlos Marighella.

Ao negar o fato, Boal foi torturado com choques elétricos e também no pau-de-arara. Passados dois dias da primeira sessão de tortura, o artista voltou a ser interrogado. Nesse intervalo de tempo, a casa de Augusto Boal foi invadida, o que ele descobriu ao ver que os agentes estavam utilizando seus pertences pessoais, como um suéter, calças e camisas, além de seu anel de formatura. Além da ameaça à sua integridade física, Boal era vítima também de tortura psicológica. Sua família também estava sob ameaças. O artista, porém, manteve sua posição: não confessaria nada.

Submetido a novas torturas, Boal travou um diálogo com o

agente. [...] Segundo o agente, Boal teria afirmado que no Brasil existia tortura contra presos políticos. Mesmo pendurado no pau-de-arara, o dramaturgo não conseguiu segurar o riso diante de tal resposta. [...] Após surpresa por parte do agente, o procedimento contra Boal foi ainda mais truculento [...]. (Brasil, 2014, 362)

Quando, finalmente, a família de Boal descobriu sua prisão, imediatamente divulgou a informação a noticiários internacionais. A notícia gerou abaixo-assinados, cartas e telegramas ao governo brasileiro de personalidades como *Arthur Miller*, *Robert Anderson*, *Jean Louis Barrault*, *Arianne Mnouskine*, *Peter Brook*, et cetera. A pressão internacional resultou, após dois meses das notícias, em um forjado julgamento, a concessão a Augusto Boal da “liberdade condicional”. Boal fugiu do Brasil.

Outros nomes e casos famosos de artistas poderiam ser trazidos neste espaço, como o artista-plástico Rogério Duarte, o cineasta Renato Tapajós, o escritor Caio Prado Júnior.

A Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório publicado em dezembro de 2014, sob o governo da presidenta Dilma Rousseff, recolheu a história detalhada de 434 mortos e desaparecidos políticos. São na grande maioria casos desconhecidos pela história. É a situação, por exemplo, de Paulo César Botelho Massa, carioca de vinte e sete anos, bancário, que desapareceu em 1972. Jovem, começou a participar do movimento estudantil da faculdade que cursava, a Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Em 20 de março de 1969 foi preso por agentes do DOPS. Sendo em seguida liberado, Paulo César saiu de casa e foi morar com companheiros da ALN. Passou a viver na clandestinidade. No dia 30 de janeiro de 1972 foi sequestrado e nunca mais visto. Um dia antes visitara a casa de sua mãe, Laís Massa. “Presume-se que Paulo César Botelho Massa tenha sido detido e torturado no DOI do I Exército, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, RJ. A documentação disponível sobre o caso, no entanto, não permite identificar com precisão o local do desaparecimento e morte” (Brasil, 2014, 837). A responsabilidade da autoria da morte de Paulo César, segundo a Comissão Nacional da Verdade, foi do Presidente da República, do Ministro do Exército, do Comandante do I Exército, do Chefe do Estado Maior do I Exército e do Comandante do DOI do I Exército, respectivamente, o general de Exército Emílio Garrastazu Médici, o general de Exército Orlando Geisel, o general de Exército Sylvio Frota, o general de Brigada Henrique Carlos Assunção e o major Francisco Demiurgo Santos Cardoso.

Neste cenário, o teatro brasileiro tentou sobreviver. O show musical *Opinião* foi a primeira manifestação organizada dos artistas em reação ao golpe de 31 de março de 1964. Roteiro de Oduvaldo Vianna Filho e direção de Augusto Boal, *Opinião* continha músicas variadas, relatos autobiográficos, um samba de Zé Kéti e uma música de João do Vale, todas cantadas por Nara Leão. O show, por meio de alusões de duplo sentido, repudiava o novo regime. A famosa letra de Zé Kéti “*Podem me prender, podem me bater, podem até deixar-me sem comer, que eu não mudo de opinião*” representava a afronta. O show foi muito bem recepcionado pelos públicos carioca e paulista. “A estrutura do *Show Opinião* empreendia em cena uma síntese épica do país. A expressão de uma posição comum de resistência ao golpe era eficientemente alegorizada tanto pela colagem de textos, comentários, e ilustrações musicais, como pela presença cênica dos três artistas que enunciavam de diversas formas e através de diversos repertórios” (Betti, 2013, 199).

Arena Conta Zumbi, apresentado no Teatro de Arena de São Paulo com texto de Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal e músicas de Edu Lobo, é a história de Zumbi, em sua resistência no interior do Quilombo dos Palmares, a própria metáfora da opressão vivida naqueles anos.

Outras tantas peças poderiam ser citadas: *Liberdade, liberdade; Se Correr o Bicho pega, se Ficar, o Bicho Come; Arena Conta Tiradentes; Meia Volta Vou Ver; Moço em Estado de Sítio, O Inspetor Geral, As Bruxas de Salém*, todas encenações anteriores ao 13 de abril de 1968.

Nem toda a relação com o DOI ou com os censores era lastreada pela tortura, embora a tensão fosse sempre presente. O relato do ator Sérgio Britto afirma:

Na ditadura eu sempre fui perseguido. Lutei na censura pela “Ópera do Malandro”, pela “Missa Leiga”. Sofri muito na ditadura, volta e meia era chamado pela censura e algumas vezes pelo Dops. O mulato do Dops me recebeu com uma frase pronta: “Seu Sérgio, o senhor anda dizendo coisas que não deve.” “Meu amigo, nós somos contra vocês. Queremos falar e vocês não querem nos deixar. Então, a gente tenta dizer o que pensa, não apenas com palavras, mas num piscar de olhos, com a mão que dá um murro no ar, enfim, com truques que o teatro pode usar.” O mulato asseverou: “Seu Sérgio... Vamos fazer o seguinte: o senhor me manda um memorando. O senhor está proibido de repetir aquela frase sobre a tortura.” – “Aí eu chego no espetáculo e digo que estou proibido de dizer que a tortura existe no país. Aí o senhor manda outro memorando dizendo que estou proibido de citar o memorando que recebi. Aí eu digo que estou proibido de citar o memorando me proibindo de falar sobre a tortura, aí o senhor me manda outro memorando, e esse jogo não vai acabar nunca. (Britto, 2010, 244)

Ao representar “O homem do Princípio ao Fim”, de Millôr Fernandes e direção de Fernando Torres, Sérgio Britto foi chamado ao DOPS, porque havia uma determinada cena em que ele lia a carta-testamento de Getúlio Vargas.

Em Brasília, [...] um homem da censura apareceu no teatro e me anunciou”: “Aqui em Brasília o senhor não vai ler a carta do Getúlio.” “Mas eu li a carta em todo o país.” “É, mas aqui em Brasília, não vai não.” Parei, pensei um segundo, o homem da censura me encarando. “Não posso ler a carta, é isso mesmo?” “Eu já disse isso. O senhor não pode ler.” “Está certo, não posso ler a carta.”

“À noite, [...] entrei em cena com a carta na mão. Levantei-a bem alto e a exibi ao público. Foi uma salva de palmas esplendorosa – vivíamos a ditadura. O público entendeu a imagem que eu criava com o meu gesto. (Britto, 2010, 167)

A grande tensão vivida pelos artistas não impediu que um teatro da marginalidade e da contracultura emergisse. Eram as chamadas “peças desagradáveis” de Nelson Rodrigues e Plínio Marcos. Plínio Marcos retrata uma atmosfera de violência realista inédita nos palcos brasileiros. “Dois Perdidos Numa Noite Suja”, é a história de dois homens que disputam um par de sapato. Uma dramática luta, desesperadora e desesperante, leva os personagens à aniquilação total. Já “Navalha na Carne” é a história de um cafetão, de uma prostituta e de um homossexual, irmanados na violência e na melancolia. Eles vivem o submundo, violento, impassível.

A retórica do teatro, assim como o discurso na política, partilham semelhantes identidades, especialmente no que se refere à capacidade de persuasão. Os discursos, na enunciação teatral, assumem tanto a característica de discursos individuais – são os personagens –, como de discursos globais – é a peça como um todo. No teatro, à exemplo do testemunho citado pelo ator Sérgio Britto, o discurso não se limita à ação falada, mas antes o discurso é a própria ação cênica. A ação é a “sequência de acontecimentos cênicos essencialmente produzidos em função do comportamento das personagens. A ação é, ao mesmo tempo, concretamente, o conjunto dos processos de transformações visíveis em cena e, no nível das personagens, o que caracteriza suas modificações psicológicas e morais” (Pavis, 1999, 2). Logo, o discurso no teatro, fala e ação, é testemunhado pelo espectador, que por si mesmo fabricará os sentidos encenados. Ainda que estando consciente das convenções teatrais a que assiste, o espectador é capaz de adentrar no mundo parabólico do espetáculo.

A execução das ações, em cena, estabelecem o encadeamento narrativo, as

correlações e analogias muitas vezes abstratas, porém flagrantes pelo público. A relação entre personagens, texto falado, movimentos, luz, som e intenções, tudo perpassado pelo tempo e ritmo das cenas explicitam, se a obra é verdadeira arte, a pura comunicação do autor, do diretor e dos atores. A própria impermanência dos personagens e da história fomenta ao público a revisão de julgamentos, o desnudamento de descobertas, a depreciação do que antes era estimado. A cena impõe-se ao raciocínio. É impossível de não ter opinião ante um espetáculo assistido. A dificuldade de ajuizar sobre o testemunhado no palco – pois cada um tem a sua interpretação – é poderoso instrumento para o poder, sobretudo em momentos tão dramáticos quanto aqueles vividos no Brasil do AI-5. Ao assistir teatro, descrenças erguem-se, credulidades desmontam-se. A boa peça revela-nos nossa capacidade de juízo, de imbecilidade, de sapiência, de sanidade e de loucura. São as faculdades e o raciocínio humano hiperativados ao lado dos sentimentos. Os sons e os silêncios da cena, assim como a luz, a meia-luz, a sombra e a obscuridade atacam a memória do público. Esquecidos de que o testemunhado é ficção, mas sabedores das convenções cênicas, causas e efeitos mesclam-se permitindo, não raro, a evidenciação de um poder imprestável, de uma impotência poderosa, de uma força trêmula e de uma fraqueza inesmagável. Estas antíteses são uma das infindas antíteses teatrais vigorosamente poetizadas em cena. Sob o véu da fantasia e, como afirma *Shakespeare*, utilizando-se da matéria dos sonhos, interesse, sofrimento, deleite, saudade, alegria, diversão, enfado, beleza, fealdade, afetação, esperança, medo, coragem, cautela, covardia, indiferença, orgulho, humildade, vaidade, insolência, servilismo, tudo o que infinitamente é humano, exclusivamente humano, existe cenicamente. Todos esses atos, estados, características e comportamentos adensificam as almas e lubrificam os sentimentos, *Prometeu* e *Libitina*, cordão umbilical e momento supremo, expirar e alvorecer, carcaça pensante, tudo representação do belo, de *Vênus* e de *Apolo*, de *Dionísio*.

CAPITULO II: *Hamlet*

2.1. A peça

Todo o universo de estudos sobre a peça *Hamlet*, de *William Shakespeare*, resulta em enorme bibliografia anualmente²³. Uma rápida consulta à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e à Biblioteca de *Washington* evidenciará: manuais sobre a bibliografia hamletiana; tomos acerca da vasta historiografia sobre a peça; opúsculos detalhistas sobre o emprego de determinados vocabulários; cadernos sobre cada um dos personagens; memórias de artistas sobre montagens assistidas e praticadas; fascículos de bancas de jornal; álbuns de fotografias com as mais famosas montagens; anuários; monografias, dissertações, teses; cartazes; *e-books*, enciclopédias. Além: monólogos encenados sobre *Hamlet* e/ou personagens, palestras em universidades, grupos de estudos espalhados pelo mundo, colóquios informais, homilias, poesias, músicas, prosas literárias, adaptações, filmes, curtas-metragens, peça de marionetes – é infindo o universo hamletiano.

Podemos questionar inúmeros temas sobre o *Hamlet*. Por exemplo: as mudanças nos conceitos de edição ao longo de 400 anos; as diferenças nos modos de atuação, nas principais montagens, pelos séculos; o impacto da modernidade artística na interpretação literária da peça; a influência da leitura freudiana sobre como entendemos o protagonista; os árduos debates sobre a composição vocabular de cada personagem; as grandes distinções de concepção nas encenações e no cinema; o *Hamlet* político; as interpretações de *Goethe*, *Dickens*, *Dostoiievsky*, *Proust*, *Kafka*, etc., sobre o príncipe. É terreno imensamente fértil de pesquisa e criação.

Cinco atos, vinte cenas, trinta e quatro personagens, mil duzentas e cinquenta falas, cento e quatro mil quatrocentas e dezoito palavras utilizadas compõem o universo desta tragédia composta em 1600.

O enredo da peça é aparentemente simples. Um reino cujo rei morreu há dois meses. Substitui-lhe no poder seu irmão (Cláudio), que se casa com a rainha recém viúva (Gertrudes). O filho dela, órfão de pai, não aceita o casamento do tio com a mãe. Este jovem chama-se *Hamlet*. Não aceita por honra ao pai? Por ciúmes da mãe?

²³ A propósito, sempre utilizaremos a tradução de Millôr Fernandes ao usarmos referências da peça *Hamlet*. Quando utilizarmos outra tradução, apontaremos ao leitor. Shakespeare, William. *Hamlet*/ William Shakespeare; tradução Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM, 2006.

Por ódio ao tio? Por querer ser ele mesmo o Rei? Antes destas dúvidas sobre a mente do espectador, a revelação: o fantasma do rei aparece para o filho e pede-lhe vingança. O monarca fora assassinado. Quem o matou? Teria sido o tio? O tio e a mãe? Somente a mãe? Teria sido vingança de alguém desconhecido? Será verdade o que o fantasma afirma? Voltam do túmulo almas para também se vingarem, utilizando-se de verdades ou mentiras? Mais grave: seria *Hamlet* filho de seu tio (Cláudio) e não do velho rei, que também se chamava *Hamlet*? Seria a relação do tio e da mãe do jovem incestuosa desde antes do nascimento do príncipe? Como fica a herança do trono nesta hipótese? São sombras que podem emergir das personagens. O drama estabelece-se. Um amigo deste tio (Polônio) alerta-lhe sobre as insatisfações de *Hamlet*. O amigo é o pai da donzela (Ofélia) por quem *Hamlet* está apaixonado. A donzela tem um irmão (Laertes). Pai e irmão da donzela recomendam-na perder as ilusões sobre o príncipe *Hamlet*, ele não é um nobre apenas, é o herdeiro do trono. Fiel a *Hamlet* é seu amigo Horácio. Será *Hamlet* mesmo apaixonado por Ofélia? Quais as intenções reais do pai e do irmão da donzela? *Hamlet* usa Ofélia, ou *Hamlet* é usado por Ofélia? E qual o papel de Horácio? Será apenas amigo? Verdadeiro amigo de *Hamlet*? Será apaixonado por *Hamlet*? A política influencia cada sentimento dos personagens. A peça transcorre na altíssima nobreza, nos próprios ambientes da decisão do poder monárquico. O Ato I inicia-se já na tensão. A primeira fala aturde o espectador: *Quem está aí?* Com esta frase, *Peter Brook* intitulou a montagem de seu *Hamlet*: *Qui est là? Who's there?* Uma voz estranha faz esta pergunta. O sentinela de plantão reage: *Sou eu quem pergunta! Alto, e diz quem vem!* Sabemos em seguida que a voz estranha era também de um sentinela; eles, contudo, não se reconhecem. É meia-noite, está gélido²⁴. O enredo situa-se na Dinamarca.

Um detalhe é frequentemente negligenciado pela maioria dos estudiosos e espectadores de *Hamlet* ao longo dos séculos: um homem robusto chamado *Fortimbrás* possui seis pequenas falas na peça, no ato quarto e quinto, e ele é

²⁴ Interessante ressaltar a humanização de todos os personagens de *Shakespeare*, até mesmo aqueles cuja aparição é pequena nas peças. É o caso de um dos sentinelas da peça *Hamlet*. Francisco aparece apenas na 1ª cena do 1º ato e afirma: *"Tis bitter cold, and I am sick at heart."* Millôr Fernandes traduz a frase como: "Faz um frio mortal – até meu coração está gelado." Ana Amélia Carneiro de Mendonça traduz: "stá frio e o coração trago oprimido". Além de revelar com esta frase a época do ano em que o 1º ato se situa – provavelmente o inverno –, nas peças medievais os eventos sobrenaturais costumavam a ocorrer no inverno, logo a repetição da estratégia usada era, possivelmente, um código conhecido dos espectadores. Com todas estas informações, ainda somos noticiados que Francisco está oprimido, seja pelo frio, seja pelo cansaço, seja pela responsabilidade da vigília num país ameaçado de invasão.

mencionado antes de sua participação em cena por três vezes. Sabemos que o pai de *Fortimbrás*, rei da Noruega, fora morto em duelo pelo pai de *Hamlet* trinta anos antes. À semelhança do que sucede no Reino da Dinamarca, *Fortimbrás*, à ocasião da morte de seu pai, não se tornou herdeiro do trono, mas um tio seu assumiu o poder. Afirma-se imediatamente na primeira cena da peça que *Fortimbrás* aspira a invadir a Dinamarca. Talvez por isto os sentinelas estão tensos. Ante uma invasão, os espectadores estão cientes de que o reino da Dinamarca está dividido; o tio de *Hamlet* e *Hamlet* são adversários. A divisão é uma ameaça latente. As intenções de *Fortimbrás* são duvidosas. Horácio, amigo de *Hamlet*, o julga como um “*unimproved mettle*” (*Hamlet*, 1,1, 1.98), isto é, uma não-provada capacidade para ser rei, contudo a visão de Horácio está permeada pela influência do jovem príncipe, de quem é amigo desde a infância. Ademais, *Shakespeare* cria um personagem repleto de inconsistências, propositalmente. Horácio é aparentemente um cidadão de *Elsinore*, a capital do Reino. Conhece a política da Dinamarca, é amigo dos sentinelas, é amigo do príncipe, é um estudante com latim fluente; é estranho, porém, que nos dois meses entre a morte do rei e o início da peça, Horácio não houvera encontrado o príncipe *Hamlet*. Por que? *Peter Brook* viu neste personagem um ponto-central da peça. Não ao acaso, *Brook* iniciou e terminou sua peça com Horácio. Ainda segundo Horácio, *Fortimbrás* contratou mercenários e está marchando para recuperar terras que o velho rei *Hamlet* havia ganhado no duelo.

“Está aí, acredito,
A causa principal desses preparativos,
A razão desta nossa vigília,
E a origem do tumulto febril que agitou o país.”²⁵

Saberemos ao final da peça que *Hamlet* confia em *Fortimbrás*. Seriam, então, amigos? *Fortimbrás* estaria movimentando seu exército para atender aos interesses de *Hamlet*? Seriam os reis Cláudio e o rei da Noruega representações de um tipo de rei, aliados, e *Fortimbrás* e *Hamlet*, jovens, a representação de outro tipo de rei? São possibilidades.

Fortimbrás é também apresentado na peça pelo próprio tio de *Hamlet*, o Rei. Este resume à ampla plateia a tensão entre o reino da Dinamarca e as ameaças oriundas das ações de *Fortimbrás*. O rei dinamarquês anuncia o envio de dois embaixadores para distencionar a ameaça. Segundo o rei não se tinha verificado ainda

²⁵Ato 1, cena 1, Horácio, *Hamlet*, trad. Millôr Fernandes

nenhuma invasão ao reino. O mais estranho à cena – e, portanto, o revelador – é que o anúncio da tensão pré-guerra é feito no casamento do rei Cláudio. A impropriedade do momento dá o tom da urgência do anúncio. Estas são as informações disponíveis a princípio sobre a situação política do reino de *Elsinore*.

No segundo ato, o espectador assiste ao rei tramando com dois jovens cortesãos para que estes (*Rosencrantz e Guildenstern*) vigiem o comportamento de *Hamlet*. Em seguida, os embaixadores são recepcionados pelo rei e dão testemunho da missão:

“Assim que nos ouviu [o rei da Noruega], mandou ordens ao sobrinho
 Pra suspender todo o recrutamento,
 Que tinha autorizado como preparação contra os polacos
 Mas que, com essa informação,
 Verificou que era contra Vossa Alteza. Indignado
 Por ver sua doença, idade e impotência
 Abusadas assim, o rei expediu logo ordens de arresto contra Fortimbrás.
 Este obedece sem tardar, recebe censura pública do tio
 E, finalmente, promete ao rei, jura,
 Jamais tentar a fortuna das armas contra Vossa Majestade.
 Diante disso, o velho monarca, possuído de júbilo,
 Lhe dá três mil coroas de renda anual,
 E a permissão de usar contra a Polônia
 Os soldados até aí já recrutados.
 O rei então nos fez uma petição,
 Aqui amplamente detalhada (Da um papel ao Rei),
 Requerendo, pra essa expedição, se vos aprover,
 Passagem pacífica por vossos domínios
 Com as garantias de segurança e reciprocidade
 Aí expressas.²⁶”

Não temos como saber sobre a veracidade da informação dos embaixadores. Cláudio não responde instantaneamente ao pedido do rei Norueguês; é estranho, contudo, o pedido, porque atravessar o território Dinamarquês, justamente um exército de mercenários que a pouco estava numa conflagração não-oficial com o país, está fora do *ordinaire diplomatique*. Que garantias possui o rei Cláudio de que *Fortimbrás* atravessará a Dinamarca e não irá provocar uma guerra? Da hostilidade anterior passara-se prontamente à paz? Não seria esta a própria oportunidade para *Fortimbrás* retaliar o reinado da Dinamarca? Também é inusitada a reprimenda que *Fortimbrás* recebe de seu tio, bastante severa para um príncipe herdeiro. O interior da política norueguesa também revela fissuras e divisões.

²⁶Ato 1, cena 1, Horácio em *Hamlet*.

Fortimbrás adentra a cena no ato quarto. Ele está em território dinamarquês e envia saudações ao rei. Foi-lhe permitido cruzar a Dinamarca. Haveria algum complô entre *Fortimbrás* e Cláudio para eliminar *Hamlet*? É estranha também a postura respeitável e reverente de *Fortimbrás* a Cláudio, sobretudo após a reprimenda que o norueguês levou de seu tio.

Hamlet está dominado por muitas tensões. O casamento de sua mãe e a revelação do assassinato de seu pai o assombram. *Hamlet* quer a verdade, ele precisa da verdade. Finge-se de louco e espera por reações. Em nome de sua pretensa loucura, *Hamlet* rejeita Ofélia. O príncipe contrata atores e faz encenar uma peça de teatro, objetivando que Cláudio assistisse a ela – é o metateatro. Esta peça tem o enredo de um assassinato. A expectativa do jovem é que Cláudio esboce sinais de culpa durante a apresentação. Isto acontece. A tragédia vai se consumando, quando *Hamlet* tem a chance de matar Cláudio e não o faz; *Hamlet*, porém, mata o pai de Ofélia, que era grande amigo de Cláudio. O irmão de Ofélia, Laertes, quer vingar-se. O espectador confunde-se com a pretensa loucura de *Hamlet*, cujas cenas chegam à comicidade. Aos poucos, em nome da justiça, *Hamlet* torna-se odioso e assassino. Não lhe domina a crueldade, mas a sede por justiça (ou vingança?). As situações impostas tornaram-se incontroláveis pela ação de *Hamlet*. Ofélia vê toda a sua família e seus sonhos destruírem-se. Ela enlouquece e suicida-se. *Hamlet* já não tem o seu amor e guarda consigo a culpa por ela desistir da vida. Não há saída vislumbrável. *Hamlet* teve seu pai assassinado. Ofélia teve seu pai assassinado. Laertes teve seu pai assassinado. Os jovens da peça são marcados pela morte. *Hamlet* age por amor? Por amor Laertes tenta cometer crimes? Ofélia suicidou-se por amor ao homem que matou seu pai? A loucura ronda a política.

Hamlet comporta muitos temas: a política, a violência e a moral, a discussão sobre a divergência entre teoria e prática, sobre os fins últimos e o sentido da vida; é uma tragédia de amor, bem como um drama familiar, nacional, filosófico, escatológico e metafísico. Tudo o que quisermos! E, além do mais, inclui uma profunda análise psicológica, uma intriga sangrenta, um duelo, uma grande carnificina. (Kott, 2003, 77)

A luta final da peça é o duelo entre *Hamlet* e *Laertes*. *Laertes* é morto, mas atinge *Hamlet* com uma faca envenenada. O tio, Cláudio, havia preparado também um veneno para *Hamlet* numa taça de vinho. Quem o bebe acidentalmente é a rainha, que morre imediatamente. *Hamlet*, por fim, mata Cláudio. *Hamlet* está ferido. Para

surpresa do espectador, *Fortimbrás* vencera a batalha na Polônia e chegava à corte dinamarquesa. Ante a cena das execuções, *Fortimbrás* estarrece-se. Toda uma família real estava morta. As últimas falas de *Hamlet* são a sua preocupação sobre o futuro do reino. Pede a seu fiel amigo Horácio que conte toda a verdade a *Fortimbrás*, e anuncia que *Fortimbrás* será o futuro rei da Dinamarca. Horácio resume o desenrolar da tragédia:

“Mortes instigadas por perfídias e maquinações,
E, como epílogo, maquinações confundidas,
Caindo na cabeça de seus inventores.
O meu relato trará a verdade inteira.”²⁷

Fortimbrás, assumindo sua estirpe real, responde:

“Nos apressamos em te ouvir.
Convocaremos os mais nobres para essa audiência.
Quanto a mim, é com pesar que abraço a minha fortuna.
Tenho neste reino alguns direitos jamais esquecidos
Que a ocasião propícia me obriga a reivindicar.”²⁸

Se podemos falar em vitória, esta é de *Fortimbrás*. Sua primeira ordem, após anunciar que será o novo rei é: “Levai os corpos”²⁹.

2.2. O Conceito de *Shakespeare* Político

A bibliografia sobre os aspectos políticos de *Shakespeare* são oriundas especialmente do século XX. Por político consideraremos a preocupação com a organização e os interesses dos Estados, assim como a conduta dos governantes e governados. Houve relutância entre literatos e teóricos em aceitar o aspecto político da obra de *Shakespeare*. Interpretou-se, à época, – sobretudo em fins do século XIX – qualquer aspecto político na obra do Bardo como panfletismo, o que supostamente reduziria o valor do autor. Bárbara Heliodora, em sua obra “O Homem Político em *Shakespeare*”, afirma que se condicionaram a entender a política nas obras *shakespearianas* apenas nas peças classificadas como históricas, a saber, Ricardo II e Ricardo III, Henrique V e Henrique VI. Efetivamente nestas obras a própria história inglesa é ficcionalmente retratada, o que *per se* não determina os aspectos políticos de toda a obra.

²⁷Ato 5, cena 2, *Fortimbrás*, *Hamlet*, trad. Millôr Fernandes.

²⁸Ato 5, cena 2, *Fortimbrás*, *Hamlet*, trad. Millôr Fernandes.

²⁹Ato 5, cena 2, *Fortimbrás*, *Hamlet*, trad. Millôr Fernandes.

Foi a partir dos estudos sobre o contexto sociopolítico vivido por *Shakespeare*, que se pode inferir a princípio a visão do autor sobre a organização do Estado e suas lutas intrínsecas. A década de 1930 foi especialmente rica na pesquisa com obras como *The Great Chain of Being*, de *Arthur Lovejoy*; *Shakespeare and the Homilies*, de *Alfred Hart*; *Shakespeare and the Nature of Man*, de *Theodore Spencer*; e *The Elizabethan World Picture*, de *E. M. W. Tillyard*. Seguiremos, como informação base, a obra de *Heliodora*, a que contrastaremos oportunamente com outras obras.

Shakespeare é um aldeão. Seu pai, *John Shakespeare*, aspirou a crescer socialmente, chegando a destacar-se na sua cidade, *Stratford-on-Avon*. Foi-lhe concedido, já na idade adulta de seu filho, um brasão de armas, o que representava a ligação da família *Shakespeare* ao *establishment* reinante *Tudor*; cessam aí, porém, as possíveis inferências, e evita-se interpretativamente uma supra valorização deste brasão, uma vez que *John Shakespeare* chegou a ser um *bailiff*, o equivalente, na época, a prefeito e representante do monarca regionalmente. Isto aconteceu na infância de *Shakespeare* (o autor nasceu em 1564). Ser *bailiff* de um pequeno vilarejo é sinal de poder ante habitantes da cidade, mas sem efetiva importância real em Londres. Ao mesmo tempo que era *bailiff*, *John Shakespeare* foi também pequeno agricultor, curtidor de couros finos e fabricante de luvas. Sua condição econômica é a de um *yeoman*, um fazendeiro que ganha e trabalha em sua própria terra, o que é distinto de *gentleman*, alguém mais rico, melhor educado e que, especialmente, não precisava trabalhar; há, portanto, ligação dos *Shakespeares* com os *Tudors*, tendo muitíssimo maior valor esta ligação para os *Shakespeares* do que para os *Tudors* obviamente. *William Shakespeare* cresceu ouvindo sobre as intrigas palacianas que eram noticiadas em *Stratford-on-Avon*.

Era intrincada a história dos *Tudors*. Henrique VIII fora rei entre 1509 e 1547, portanto na juventude de *John Shakespeare*. O rompimento do rei com a Igreja Católica tinha cunho mais antipapal do que anticatólico. A fim de que o rei pudesse casar-se novamente, separando-se de sua infértil esposa Catarina de Aragão – filha dos reis ultracatólicos espanhóis – Henrique VIII rompeu com a Igreja, que proibia o divórcio, e nacionalizou a religião, um anseio político a muito almejado no reino. À *Ana Bolena*, sua segunda esposa, seguiu-se outras: *Joana Seymour*, *Ana de Cleves*, *Catarina Howard* e *Catarina Parr*. Henrique VIII buscava como filho um herdeiro masculino. Coube a Eduardo VI, filho de Henrique VIII e *Joana Seymour*, suceder seu pai no trono. Seu reinado foi confuso, porque as brigas religiosas entre católicos e

anglicanos já ultrapassavam a corte e dividiam a população. Ao mesmo tempo, uma das filhas de Henrique VIII, Maria I, conhecida como *Mary I*, almejava subir ao trono e impor o catolicismo novamente. Conspirações desenrolaram-se. Não deixando herdeiros, a Eduardo VI sucedeu-lhe sua irmã, a primeira filha de *Henry VIII*, *Mary*, a catolicíssima. Em um igualmente curto reinado, sucedeu-lhe sua inimiga, a filha de Ana Bolena e Henrique VIII, Elisabete I.

O debate sobre se os *Shakespeares* eram católicos ou anglicanos é inconclusivo. O protestantismo era um poderoso movimento surgido no seio da Igreja Romana. A reforma luterana, com um complexo programa a exigir o retorno ao evangelho e, ao mesmo tempo, a imiscuir-se religião e política – como a praxe social da época –, era um desafio que afetava o poder conservador de países como a Espanha e a própria Inglaterra. Tratava-se de uma mudança de paradigmas. A reforma radicalizou-se em alguns reinados na Alemanha, unindo mística, apocalíptica medieval e questionamento anticlerical social. Henrique VIII escrevera um importante documento, *Defensor Fidei*, contra Lutero, o que foi muito elogiado pelo Papa Leão X.

Na Inglaterra, o histórico revolucionário da religião inseria-se já na tradição. Segundo o teólogo *Küng*,

Já no século XIV, um professor de Oxford, tradutor da Bíblia e pregador itinerante chamado *John Wycliff* (1328-1384), havia se levantado, e tinha dado a voz a um protesto, primeiramente por motivos nacionais, mas fundamentada prontamente em motivos religiosos a partir da Bíblia, contra o papado, que foi por ele considerado instituição Anticristo, contra a hierarquia, cuja Bíblia era contrária, contra as ordens mendicantes privilegiadas pelo papa, contra os usos não bíblicos da veneração dos santos e das imagens, contra a confissão auricular e as indulgências.³⁰ (Küng, 2007, 595).

A ruptura entre Inglaterra e Roma e, conseqüentemente, a libertação da Igreja Inglesa da Igreja Católica Romana, não promoveu, contudo, afãs renovadores teologicamente. Houve uma reforma significativa referente à hierarquia da Igreja e sua nacionalização, não à sua teologia. O anglicanismo não é revolucionário como o luteranismo. Sob Eduardo VI surgiu o “Livro Comum aos que Oram” (*Book of*

³⁰“Ya en el siglo XIV un profesor de Orford, traductor de la Biblia y predicador itinerante llamado John Wycliff (1328-1384) se había levantado y había dado voz a una protesta, hija primero de motivaciones nacionales, pero fundamentada luego con motivos religiosos desde la Biblia, contra el papado como institución del Alticristo, contra la jerarquía contraria a la Biblia, contra los órdenes mendicantes privilegiadas por ele papa, contra usos no bíblicos de veneración de santos e imágenes, contra la confesión auricular y las indulgencias” (Kung, 2007, 595)

Common Prayer) e os “42 artigos” (*42 articles*). Esses dois livros teve importância na obra de *Shakespeare*.

Efetivou-se um grande retrocesso na reforma, quando da morte de Eduardo VI e seguindo-se sua sucessão por *Maria Tudor*. Uma áspera política de recatolicização surgiu com julgamentos, perseguições, mortes e levantes populares. Muitos protestantes ingleses fugiram para a Holanda e para Genebra. Quando Elisabete I subiu ao trono a paz se reestabeleceu, pelo equilíbrio e sabedoria da rainha novata. A Igreja Anglicana tornou-se novamente independente e Elisabete I estabeleceu uma política de não-perseguição religiosa às diferenças de credo, embora o país tivesse no anglicanismo sua religião oficial. *William Shakespeare* já havia nascido neste momento e fazia seus primeiros estudos na escola. Na Igreja que frequentava, *Shakespeare* entendeu o poder o discurso.

As crianças do período elisabetano iam para a escola aos sete anos já alfabetizadas pelo padre da igreja local. Supõe-se que *Shakespeare* começou a frequentar a *Grammar School* nesta idade, adestrando-se na prática de orar, antes e depois das refeições, e a recitar salmos.

O forte da educação era o velho método herdado da Idade Média do *trivium* (gramática latina, lógica e retórica) e do *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música). A leitura intensa e frequente de autores latinos explica sem dúvida a considerável latinização do vocabulário shakespeariano (e inglês em geral, naquela época). Catão, Terêncio, Cícero, Virgílio, Horácio, Juvenal e Marcial foram sem dúvida estudados, e traços de um ou outro aparecerão mais tarde na obra de William Shakespeare. Mas os dois autores que parecem tê-lo atraído mais nitidamente, aqueles que o acompanharam para o resto da vida foram Sêneca e, acima de tudo, Ovídeo, a quem voltará repetidamente num sem número de obras.

Além dos clássicos latinos, apenas um outro livro era estudado a fundo nas escolas inglesas: a Bíblia de Genebra, que também aparecerá com grande frequência na obra shakespeariana (Heliadora, 2005, 44, 45).

Supõe-se que *W. Shakespeare* cedo deixou a escola por problemas financeiros, informação duvidosa para alguns estudiosos. Fato consumado é que *Shakespeare* não fez universidade.

E.M.W. Tillyard e *Alfred Hart* evidenciam o uso por *Shakespeare* em suas obras das homilias ouvidas semanalmente na igreja. São, segundo os pesquisadores, uma das mais profundas influências sobre o bardo. A visão global do universo

medieval supõe uma ordem do Estado acima de qualquer outra preocupação. Ordem e desordem, obediência e rebelião, bem e mal, compunham especialmente as temáticas das homilias.

Estas homilias repercutiram significativamente no intelecto de *Shakespeare*. Provavelmente, aos poucos, ele percebeu as motivações políticas por trás da linguagem calcada no persuasivo inglês britânico utilizado naquelas obras. Tais homilias, convém ressaltar, eram fixas, sendo lidas rotineiramente os domingos em todas as Igrejas na Inglaterra. Tratava-se, antes, de um discurso político cujo objetivo era estabelecer a hegemonia da ordem. Heliadora, em sua tese de doutoramento, faz:

A nossa convicção é de que Shakespeare reagiu aos ensinamentos recebidos precisamente no plano em que estes foram concebidos, isto é, no plano político, porém com plena consciência do processo utilizado e dos objetivos almejados pelos redatores das homilias, ao invés de serem aceitos como condicionantes de um comportamento político não conscientizado, emocional ou religiosamente aceito, como seria o desejo daqueles mesmos redatores. Sejam quais forem as divergências que eventualmente Shakespeare tenha vindo a ter com a doutrina político-religiosa ensinada na Igreja Tudor, a importância das homilias nunca poderá ser suficientemente enfatizada pelo serviço básico que prestaram a Shakespeare: tudo indica que foi graças a elas que o futuro autor adquiriu, desde cedo, a capacidade para identificar a natureza política de enorme parte das ações humanas, percepções esta que daria à sua obra dimensão muito mais ampla do que a da mera observação psicológica que caracteriza a quase totalidade da dramaturgia elisabetana, mesmo quando esta, ostensivamente, se ocupa de personalidades e eventos políticos. (Heliadora, 2005, 99).

O conceito de ordem, aprendido nas homilias, é especialmente relevante e presente na obra *shakespeariana*. Para Cícero, ordem é a “disposição dos objetos em seus lugares justos e apropriados” (*Abbagnano*, 2000, 732); é, portanto, pressuposto o lugar devido de cada objeto, objetivando o fim a que se destina; logo, ordem política implica em respeito para com a hierarquia que estabelece a ordem. A ausência desta hierarquia gera desordem, desfigura a autoridade e quebra a hierarquia. Não é adequado inferir precipitadamente que *Shakespeare* era um conservador por causa de sua visão de ordem. A cosmovisão inglesa do século XVI estava vinculada ao pensamento humanista – do qual *Shakespeare* dá grandes amostras –, mas também às releituras da tradição platônica e aristotélica. Se *Maquiavel*, *Guicciardini*, *Botero* e *Tomás Morus* são efetivamente renascentistas – e *Shakespeare* possivelmente conheceu a obra deles – *Nicolau de Cusa* (“douta ignorância em relação ao infinito”),

Marsílio Ficino, Pico della Mirandola e Pedro Pomponazzi são renascentistas ligados a Platão e Aristóteles.

Shakespeare formou-se em uma Inglaterra que guerreara por séculos. Antes dos *Tudors* estabelecerem-se ocorrera uma série de lutas dinásticas pelo trono inglês, denominada Guerra das Rosas, que durou trinta anos. Esta por sua vez derivava de outra guerra, a Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra. Os *Tudors*, apesar da fragmentação na religião causada por Henrique VIII, conseguiram estabelecer-se, havendo sido, contudo, o despotismo seu método. O perigo da guerra civil, real ou imaginária, fazia parte da infância e da educação de *Shakespeare*. Arnold *Hauser* assevera:

Na Inglaterra, o fato de que a monarquia restaurara a ordem após um século de hostilidades e estava agora em condições de garantir a segurança das classes ricas continuou sendo o fator decisivo que regia as relações da classe média alta e da classe dos proprietários rurais com a Coroa. O princípio de ordem, a ideia de autoridade e segurança, torna-se a base da concepção de vida da classe média, uma vez que as classes aquisitivas estão cada vez mais conscientes do fato de que nada existe de tão perigoso para elas quanto um governo fraco e o enfraquecimento insidioso da hierarquia social. [...] O medo que tinha do caos explica a dedicação de *Shakespeare* à realeza, assim como a de seus contemporâneos. O pensamento de anarquia persegue-os por toda a parte; a ordem do universo e a dissolução com que essa ordem parece estar ameaçada constitui um tema dominante no que pensam e creem. Imprimem à imagem de desordem social as dimensões de uma harmonia subvertida do universo, e interpretam a música das esferas como o cântico de vitória dos anjos da paz em seu triunfo sobre os elementos de revolta. (*Hauser*, 1998, 420, 421)”

É na famosa fala de *Ulysses* em *Troilus e Créssida* que *Shakespeare* revela todo o seu entendimento sobre a Ordem que dominava o pensamento *Tudor*.

“Foi desprezada a essência do governo
E vede quantas tendas gregas restam
Vazias na planície, vis facções.
Se o general não é como a colmeia,
À qual voltam, atentas, as abelhas,
Que mel é de esperar? Sem hierarquia
O indigno iguala o digno na beleza.
O próprio céu, os astros e este mundo
Observam grau, prioridade, escala,
E curso, e proporção, forma e rodízio,
Comando e posto em toda a linha de ordem.
Em consequência vede o sol-planeta
Posto em nobre destaque em sua esfera
Em meios aos outros, cujo olhar propício
Corrige os erros dos planetas maus

E domina e comanda como um rei
 Sem pôr limites entre o bem e o mal.
 Mas quando os astros entram em desordem,
 Que pragas, que presságios, que motins,
 Que revoltas no mar, tremor na terra,
 Tempestade nos ventos, medos, horrores,
 Perturbam, quebram, rasgam as raízes
 Da unidade e calma dos Estados.
 Se acaso se destrói a hierarquia
 Que é a escada de todo alto desígnio,
 Toda a empresa se abala. Como podem
 Classes de escolas, ou comunidades,
 Pacífico comércio entre cidades,
 A primogenitura, cetros e coroas,
 Senão por graus manter-se onde merecem?
 Remova-se esses graus, falhe essa nota
 E vejam que discórdia! As coisas entram
 Em conflito gratuito; as águas, soltas,
 Erguendo-se mais alto do que as praias
 Tornam-se em lama todo o globo sólido:
 O mando entrega-se à imbecilidade,
 E o rude filho fere e mata o pai.
 Seria a força o certo: o certo e o errado,
 De cujas lutas a justiça nasce,
 Perderia o nome, coa justiça.
 Então tudo se enquadra no poder,
 O poder na vontade e no apetite,
 E o apetite – lobo universal –
 Baseado no poder e na vontade,
 Terá co'a força o mundo como presa,
 E acabará comendo-se a si mesmo
 (*Shakespeare, Troilus e Créssida*, I.iii. 78-124)

Para *Shakespeare*, a paz precisava ser mantida. O exitoso reino de Elisabete I, sob o qual ele nasceu, era uma grande esperança. Almejando estabelecer a ordem, Elisabete foi sábia em aplacar, dentro do possível, os conflitos religiosos. Seu interesse principal era a “paz doméstica”. É preciso ainda considerar que o anglicanismo se situava como uma terceira via, nem tão radical quanto o catolicismo do reinado espanhol, nem tão radical quanto as críticas de calvinistas; *Shakespeare* viveu, portanto, numa época de paz permeada pelo medo de guerras.

A ordem implica em desordem, em arranjo e desarranjo, em precedência, sequência e sucessão, em começo e em fim, no meio, na continuidade e na descontinuidade. A ordem necessita de autoridade. Foram esses os temas abordados por *Shakespeare*. Suas obras estão repletas das graves consequências da anarquia, da tirania e da desobediência. A tolerância e a obediência são cuidadosamente pesadas na análise de cada personagem. Já a segurança e seus meios para alcançá-la e o perigo e

as fontes de perigo infestam o vocabulário *shakespeariano*. Em todas as suas peças o poder é um dos protagonistas. Não apenas ele – para beleza da arte. Mas inegavelmente ele, o poder.

2.3. A contemporaneidade de *Hamlet*

O filósofo italiano *Giorgio Agamben* em seu livro “O que é o contemporâneo?” indaga sobre “De quem e do que somos contemporâneos?” (*Agamben*, 2009, 57) A pergunta, muito além de mera retórica, toca em nevrálgico assunto referente às artes. Para *Agamben*, pode viver-se numa época e não ser contemporânea dela. O filósofo explica que ser contemporâneo não é uma questão cronológica, tal qual a data e o calendário. Se é contemporâneo quando se alcança percepções que os viventes da mesma época não são capazes de perceber, portanto, para *Agamben*, contemporâneo não é quem vê as luzes do próprio tempo, com sua explícita vivacidade, clareando interpretações, abrilhantando conceitos nítidos, luzindo nas evidências expostas. Esses são os comuns, que se somam vulgarmente ao difundido, repetente dos mesmos conceitos vigentes, assíduos conhecedores de tudo o que é costumeiro e admitido. Ser contemporâneo é muito mais uma desconexão e dissociação do próprio tempo.

É verdadeiramente contemporâneo aquele que não coincide perfeitamente com o seu tempo, nem está adequado às suas pretensões [do tempo] e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. [...] A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo (*Agamben*, 2009, 58, 59)

Ser contemporâneo envolve a captação da obscuridade do próprio tempo. A escuridão, que à maioria assombra e eclipsa, ao contemporâneo revela. É uma capacidade de, apesar das luzes do próprio tempo, estar capaz de identificar o trevoso e o nebuloso, não facilmente vislumbrado. “Contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. [...]” (*Agamben*, 2009, 62, 63). É uma “habilidade particular que equivalem a neutralizar as luzes que provêm da época para descobrir as suas trevas, o seu escuro especial, que não é, no entanto, separável daquelas luzes (*Ibid.*)”. Há, portanto, uma desvinculação

entre os tempos; pode-se olhar para o presente com tal disjunção temporal que a análise percebida se torna incompatível com ou pouco entendida pelos da mesma geração. Há ainda os casos daqueles que ao olharem para o passado enxergam singularidades nunca antes percebidas. Há também aqueles que, se deslocando do próprio tempo, mas produzindo nele e para ele, são capazes de criar uma obra que sirva para o passado, para o presente vivido e para o futuro. Do desconexo que possa parecer a fragmentação do tempo, o contemporâneo significa de maneiras inéditas a sua própria época. Ele consegue, ao mesmo tempo, fugir ao lugar comum a seu tempo, esvaziando-o da significação que normalmente o atribuem. A clareza sobre o obscuro é, na arte, amplificada pelas metáforas e metonímias, transladando-as pela inventividade e o pensamento. Os tempos, para aquele que é verdadeiramente contemporâneo, possuem curso próprio. O entretanto, o ontem e o hoje são relativizados nesta transitoriedade própria daquele para quem ver não é captar luz, mas sim captar a escuridão. A cronometria é inútil ao contemporâneo, pois sua natureza tem de ser anacrônica. Causas e consequências rompem, na mente do artista. As trevas ainda que se apresentem míopes, são visíveis. *Shakespeare* era contemporâneo a seu próprio tempo. Também nós, seus leitores, poderemos ao ler sua obra sermos ou não sermos contemporâneos a *Shakespeare*. “O mero fato de que expressasse uma visão trágica da vida e o mais profundo pessimismo, numa época de ascensão nacional e prosperidade econômica de que ele próprio tanto se beneficiou, é evidência de seu senso de responsabilidade social e de sua convicção de que nem tudo nesse semiparaíso corria da melhor maneira possível.” (Hauser, 1998, 423)

Shakespeare não foi um mero repetidor de conceitos políticos de sua época. Onde havia ordem, ele revelou a desordem, e onde havia autoridade, ele percebeu a anarquia. São ricas as descobertas de seu público que presenciou os contraditórios devassados em sua obra: o elogio da anarquia em certos casos, como a verdadeira fidelidade à autoridade, e o elogio à desordem, única capaz de instaurar a ordem. Aquele e este são os casos de *Hamlet*: a desordem está instaurada no reino, através de traições, mentiras, enganos. *Hamlet* anseia pela ordem e ao buscar estabelecê-la cria uma desordem ainda maior, cujas mortes sucessivas na peça evidenciam. São encenadas a desordem em pleno desrespeito às leis hierárquicas e às autoridades, sobretudo a desordem aos próprios mandamentos divinos, com violência, promiscuidade e omissões; do caos, porém, nasce uma nova ordem, com um novo ritmo, com novas regras, tudo arrumando-se. Esta é a função da tragédia, empurrar a

vida para a harmonia. Quem representa a harmonia na peça, surpreendentemente, é justamente aquele que fora a ameaça: Fortimbrás.

Hamlet, de *William Shakespeare*, vincula relações opostas e diferentes. O espectador elisabetano – mas também o espectador atual – contrasta-se com as identidades postas em cena, e aqueles valores que considerava coerentes, constata serem incongruente. Identidades formam-se entre o público e os personagens, na simplicidade do paralelismo entre a vida fictícia e verdadeira, entre trocadilhos e imitações, permeados de risadas e pranto. O comportamento ético de certos personagens resulta, não raro, em verdadeira Babel. O descompasso de outros personagens os colocam como sábios. O coletivo pode gerar separação. Da divisão pode nascer a reunião. As relações e a ordem são afrontadas pelo poeta, assim como o tempo e as mudanças. Antes ser anacrônico do que fossilizado. *Sine die*, o tempo está fora dos eixos³¹, como asseverou *Hamlet*, e o metabolismo dos deslocamentos psicológicos insistentemente flutuam, embora frequentemente o ser humano prefira a solidez. Fazendo com que causas e consequências promiscuam-se, a genialidade do poeta induz-nos a supor motivos e consequências, para depois percebermos que o causado e o resultante podem ser, surpreendentemente, aleatórios, ou pior, imprevistos. Os raciocínios contraditoriamente deixam escapar as evidências. Possibilidades e impossibilidades, probabilidades e improbabilidades, certezas e incertezas são todas relativas e absolutamente frágeis. “Loucura embora, tem lá seu método³²”, afirmou o príncipe. *Ça va sans dire*, negar *ex cathedra* que *Roma locuta causa finita*. *Velin, novim*, mais vale um pássaro na mão do que dois voando. *Ambiguas in vulgus spargere vocês*. *A priori* as ponderações são reduzidas ao absurdo, *a fortiori*, *pectus est enim quod disertos facit*³³. O Ser ou Não-Ser não é somente causa, nem somente raciocínio, nem somente resultado. A eloquência da fala é como a pele, esconde, mas também revela. A questão da dúvida de *Hamlet* é se a vida é efetivamente rica, se o príncipe deve se matar ou se alguma ação poderia surtir efeito contra o rei. É o ápice da poesia na peça. Infinitas sensações, raciocínios e

³¹“O tempo está fora dos eixos” é tradução de Ana Amélia Carneiro de Mendonça do Ato 1, cena 5. No original: “*The time is out of joint*”. A *Arden edition* recomenda que por “*The time*” se deve inferir o conceito de “*the age, i.e, things in general*.” (2006, 227)

³²Ato 2, cena 2, Polônio em *Hamlet*. Original: “*Though this be madness yet there is method in't*”

³³ “Isso não é preciso dizer: negar fora da cátedra que Roma falou, logo a disputa acabou. Dê no que der, mais vale um pássaro na mão do que dois voando. Pairar como um pesadelo. *A priori* as ponderações são reduzidas ao absurdo, por conseguinte na verdade é o coração que torna algo eloquente.”

percepções podem emergir de “*To be, or not to be – that is the question*”³⁴. Ante esta poesia, a defesa de preconceitos apequena-se, os rígidos discursos esvaem-se, a inteligência soberba humilha-se, as ideias repetidas e propaladas tornam-se um nada.

Shakespeare põe na boca de seu protagonista um mar de angústias (l. 58 “*a sea of troubles*”) e a própria consumação como herança da humanidade (l. 62 “*tis a consummation*). Será a vida longa, tão longa, ou a desventura na vida que a alonga? (l. 68. *That makes calamity of so long life*) E sobre o país não-descoberto (l. 78. *The undiscovered country*), que é o pós-morte? O morrer é solução? O silêncio supremo? Pensar e experimentar a morte – qual é o abismo entre um e outro? “O silêncio eterno desses espaços infinitos me aterroriza”, escreveu *Pascal*. O nada. O silêncio falado daquilo que não se pode dizer. A aceitação.

“Ser ou não ser – eis a questão.
 Será mais nobre sofrer na alma
 Pedradas e flechadas do destino feroz
 Ou pegar em armas contra o mar de angústias –
 E, combatendo-o, dar-lhe fim? Morrer; dormir;
 Só isso. E com o sono – dizem – extinguir
 Dores do coração e as mil mazelas naturais
 A que a carne é sujeita; eis uma consumação
 Ardentemente desejável. Morrer – dormir –
 Dormir! Talvez sonhar. Aí está o obstáculo!
 Os sonhos que hão de vir no sono da morte
 Quando tivermos escapado ao tumulto vital
 Nos obrigam a hesitar: e é essa reflexão
 Que dá à desventura uma vida tão longa.
 Pois quem suportaria o açoite e os insultos do mundo,
 A afronta do opressor, o desdém do orgulhoso,
 As pontadas do amor humilhado, as delongas da lei,
 A prepotência do mando, e o achincalhe
 Que o mérito paciente recebe dos inúteis,
 Podendo, ele próprio, encontrar seu repouso
 Com um simples punhal? Quem aguentaria fardos,
 Gemendo e suando numa vida servil,
 Senão porque o terror de alguma coisa após a morte –
 O país não descoberto, de cujos confins
 Jamais voltou nenhum viajante – nos confunde a vontade,
 Nos faz preferir e suportar os males que já temos,
 A fugirmos pra outros que desconhecemos?
 E assim a reflexão faz todos nós covardes.
 E assim o matiz natural da decisão
 Se transforma no doentio pálido do pensamento.
 E empreitadas de vigor e coragem,
 Refletidas demais, saem de seu caminho,
 Perdem o nome de ação.”³⁵

³⁴ Ato 3, cena 1, *Hamlet* em *Hamlet*.

Capítulo III – Subterrâneos do Poder

Segundo *Bobbio* o conceito de autoridade pode ser classificado em basicamente três estruturas: autoridade como poder estabilizador e autoridade como poder legítimo, donde se pode depreender a eficácia e a estabilidade da autoridade, bem como suas ambiguidades. Transpondo esses significados da teoria política para a peça *Hamlet*, podemos chegar a interessantes conclusões.

Considerando autoridade como “a relação de poder estabilizado e institucionalizado em que os súditos prestam uma obediência incondicional” (*Bobbio*, 1998, 88), concluiremos que em *Elsinore* o poder não está nem estabilizado nas mãos de Cláudio, nem há obediência incondicional de *Hamlet* ao monarca. Sabemos que ambos possuem grupos que os apoiam, porém a peça não nos revela com precisão o quanto há de apoio popular a um e a outro personagem; sabemos, contudo, que dentro do grupo de *Hamlet* há obediência passiva a ele, pois não surgem evidências de amigos fiéis que o traem. Já o grupo de Cláudio é-lhe fiel igualmente, com a vantagem de que Cláudio conta com os opositores de *Hamlet* a benefício do projeto de poder do próprio rei. Tais opositores são, em verdade, muito mais inimigos que *Hamlet* adquiriu ao longo de seu questionamento de poder a Cláudio, do que inimigos primordiais anteriores à própria cena 1 do ato primeiro. *Hamlet* demonstra necessitar convencer com artifícios inúmeros aqueles que não o apoiam, diferentemente de Cláudio que apenas se defende, mas já considera praticamente vencida a luta do poder. Cabe ainda a Cláudio amainar as sanhas de *Hamlet* e, com isso, enfraquecer qualquer poder que o jovem príncipe possa ter sobre parte dos súditos. Nem pela persuasão, nem pela relação de autoridade Cláudio consegue tal desiderato. É o caso da cena II, ato I, quando publicamente Cláudio denigre as virtudes morais de *Hamlet*, através de belo discurso sobre a morte.

“Rei: Mas você [a *Hamlet*] bem sabe, teu pai perdeu um pai;
O pai que ele perdeu também perdeu o dele;
Quem sobrevive tem, por certo tempo, o dever filiar de
demonstrar sua pena.
Mas insistir na ostentação de mágoa
É teimosia sacrílega; lamento pouco viril,
Mostra uma vontade desrespeitosa ao céu,
Um coração débil, alma impaciente,
Mente simplória e inculta,

³⁵ *Hamlet* Ato III, cena I em *Hamlet*.

Pois se sabemos que a coisa é inelutável,
Por que enfrenta-la em oposição estéril?”³⁶

Nas belas palavras, o rei incute o conceito de que o príncipe é despreparado para assumir qualquer poder. Cláudio, ao final deste diálogo, evidencia querer afastar *Hamlet* do reino, contudo o afastamento segue com a promessa de que *Hamlet* é o “herdeiro imediato do trono” (cena II, ato I)”, almejando pacificar assim o grupo do príncipe; *Hamlet* nega-se a ser passivo com relação à Cláudio. É importante ressaltar também que se *Hamlet* tenta esvaziar o poder de Cláudio, *Hamlet* também não age em desobediência incondicional. Dentro do sistema social estabelecido, o príncipe mantém-se dentro das relações existentes de poder e, a princípio, não chega a afrontar publicamente a legitimidade de Cláudio. A ação de *Hamlet* afirma que Cláudio não é considerado pelo príncipe como um pai, tampouco como mestre a orientar o jovem, nem mesmo o considera um líder. Ao contrário, quem é enaltecido como herói militar e como poderoso governante estrategista é o pai de *Hamlet*. Assim agindo, para *Hamlet* Cláudio não tem como ser legitimado como fonte de poder estável, nem como orientador incondicional. Não há, a princípio, ruptura entre eles. Ambos preferem trilhar o caminho da ação subliminar e escusa. É preciso considerar também que Cláudio não é uma autoridade estabelecida fortuitamente. Pouco a pouco foi acumulando crédito e aquiescência, enfraquecendo o idealizado pai de *Hamlet*, até o ponto em que este morre (seja por que causa for), e então Cláudio está em condições de assumir o poder. A trajetória como autoridade emergente de Cláudio não é identificada na peça, talvez porque *Hamlet* não tenha percebido efetivamente a construção do poderio subliminar de Cláudio, uma vez que o príncipe herdeiro morava em outro país, onde estudava. As bases de sustentação de Cláudio são, portanto, mais firmes que as de *Hamlet*, que ocupa a ambição de tornar-se uma autoridade emergente, passo já dado pelo seu tio.

Quanto à legitimidade da autoridade de ambos, servindo-nos ainda das definições de *Bobbio*, certos teóricos exigem que só se pode considerar autoridade aquele que possui poder legítimo, portanto não necessitando de subterfúgios coercitivos habituais de usurpadores e tiranos. Baseando-se nesta restrição do conceito de poder, necessitamos realizar nova análise sobre a correlação de forças entre *Hamlet* e Cláudio. Temos informação que a cúpula palaciana de *Elsinore*

³⁶ Ato I, cena II, Cláudio em *Hamlet*.

respeita Cláudio: o conteúdo de suas ordens são obedecidas e seu modo de comandá-las não é questionado pelos súditos. A fonte deste poder provém basicamente da aceitação de poder que Cláudio detém e na ausência de questionamentos à sua legitimidade, sendo *Hamlet* e seu grupo a única exceção. Não há outros grupos políticos no reino capazes de apoiar *Hamlet*. A legitimidade de Cláudio não pode ser desconsiderada apenas porque ele é o vilão da peça. Só manda e só obedece quem quer ser mandado e obedecido e talvez Cláudio tenha produzido uma estabilidade no reino (seja aparente ou verdadeira) inexistente no reinado de seu irmão. Lemos que durante o período do Pai de *Hamlet*, *Elsinore* foi invadida, tomada por guerras e, como hipótese, podemos supor que o reino estivesse exaurido do período bélico, o que permitiu a Cláudio construir um outro tipo de poder junto aos grupos que sustentavam a monarquia. Internacionalmente, Cláudio impõe respeito, como vemos na reverência de Voltimando ao rei (ato II, cena II). A estratégia de Hamlet é a tentativa de embaralhar a legitimidade de poder da Cláudio. Uma vez que inexistente obediência incondicional e perpétua, onde Cláudio tenta de reafirmar, *Hamlet* o tenta enfraquecer. *Carl Friedrich* compreende que a autoridade “não é uma relação entre seres humanos, mas uma qualidade particular das comunicações – que tanto podem ser ordens como conselhos ou opiniões que um indivíduo transmite a outro” (1998, 91, *Bobbio apud Friedrich*). *Hamlet* confunde os detentores do poder fingindo loucura e igualmente sensibiliza a população, que ouve rumores sobre sua loucura. As intrigas palacianas não são apenas armadilhas do rei, mas também do príncipe, que mistura o discurso sobre a legitimidade do poder, via razão, com a construção de uma deslegitimidade, via emoção. A ideia de *Hamlet* perturbado perturba igualmente todo o reino e, certamente, para muitos dos apoiadores de Cláudio, abre espaços na disputa futura sobre o reinado, uma vez que o “herdeiro natural” torna-se impossibilitado. Supomos que tal ação poderia favorecer *Hamlet*, no sentido de desunir a base de apoio de Cláudio, ao expor as fragilidades do rei. O controle sobre esta comunicação *Hamlet* detém, pois sua fala (Ato 3, cena 2) aos atores da companhia sobre como atuar revela extrema capacidade de comunicação entre remetente e destinatário da mensagem; contudo, na disputa pela linguagem, *Hamlet* não parece ser o vencedor, o que é bastante representativo numa peça escrita pelo maior dos autores teatrais. Assim supomos porque a autoridade da comunicação não provém unicamente do seu conteúdo, mas de sua fonte, e sabemos que a fonte de Cláudio está estabelecida, enquanto a de *Hamlet* é mais frágil por estar em construção. A escolha de *Hamlet* em

fazer-se de louco embaralha a análise de sua mensagem pelos apoiadores do poder de Cláudio, porque uma vez que confunde a fluidez da comunicação entre os acólitos do rei, também confunde a comunicação entre o grupo de *Hamlet*, tornando um campo minado para ambos. A Cena I, do ato V, contém a informação de que *Hamlet* está louco na Inglaterra e pode inclusive não regressar à Dinamarca, segundo assevera o coveiro da peça; no entanto, na fala do coveiro ao afirmar que “Dizem que [*Hamlet* ficou maluco] de maneira muito estranha”, pode-se encontrar rumores de que esta estranheza não seja exclusivamente da doença psíquica, mas sim alguma estranheza do coveiro devida à desconfianças de que a história real da ausência do príncipe não é exatamente por causa da loucura. Shakespeare deixa em aberto, o que não nos permite concluir tacitamente sobre o discurso vigente junto à população.

Hamlet é um personagem dúbio. Sua estratégia de questionar a autoridade do tio resultará, ao final da peça, em êxito, mas sendo necessário o sangue de diversos personagens. Não se pode considerá-lo um grande estrategista, já que o destino atuou mais significativamente do que o próprio *Hamlet*, verificando-se tal assertiva na troca de taças envenenadas na última cena da peça. Não podemos também considerar Cláudio um vilão de primeira grandeza, porque a visão que se depreende dele é de alguém que menospreza o poder de contestação de *Hamlet* e por isso acaba sendo, ao final, também enredado pelo destino, na mesma cena da troca das taças. Se *Hamlet* tem dúvidas em ser ou não-ser, em agir ou não-agir, Cláudio é tão cego com o próprio poder que enquanto o rei sangra ainda revela comportamento mesquinho, negando que está prestes a morrer. *Hamlet* torna-se ao final da peça um herói trágico, sem qualquer poder, mas logrando afastar Cláudio do trono. Cláudio morre desvendado em sua própria ambição e ardil, sendo com a morte destituído do trono. O que se encerra é toda uma família no poder em *Elsinore*, porque *Hamlet*, Cláudio e a rainha Gertrudes morrem. Para começar um novo ciclo da história, foi necessário o sacrifício de todos. O *Deus ex-machina* da peça, com a troca de taças, em parte é uma miraculosa obra do acaso divino, em parte é o resultado de toda a sequência de ações que colocaram os personagens no duelo fatal. Também o desfecho da peça é dúbio já que não foi nem o destino, nem os protagonistas exclusivamente a determinar o desfecho do enredo. Coaduna-se efetivamente este final com o da transição de um mundo dominado pelo teocentrismo do feudalismo para um mundo antropocêntrico rumo ao capitalismo individualista. O desfecho nem parabeniza exclusivamente o *miraculus*, nem parabeniza a habilidade do humano.

Estes conceitos de autoridade que depreendemos da relação entre *Hamlet* e Cláudio estão calcados num efetivo golpe de Estado que ocorreu na Dinamarca. *Hamlet* filho era o sucessor natural e não seu tio Cláudio. A peça inicia-se, portanto, com um golpe de Estado, e encerra-se com outro golpe, desfechado por todos os atores: *Hamlet*, Cláudio e o Destino. Os três são os protagonistas que encerram a peça concedendo o poder a Fortimbrás. Cabe reconhecer que o *coup d'État* shakespeariano não pode ser vulgarmente comparado com o mesmo ocorrido no Brasil de 1964. Àquele tinha como inspiração histórica a decisão de Catarina de Médici de eliminar os huguenotes na noite de São Bartolomeu. Este tinha como antecedente a recém Guerra Fria, um Brasil oligárquico e preza ambicionada por segmentos da elite econômica mundial. Em ambos, porém, o que fomenta o golpe é a tentativa e o objetivo de um grupo elevar seu poder à condição de soberania. Em *Elsinore* o caminho fora trilhado por Cláudio e a morte do rei (ou assassinato) abriu caminho para a perpetuação da facção claudiana. No Brasil, aqueles que detinham o poder da nação – as classes abastadas e as forças militares – consumaram através do Exército seu poder, com isso reforçando seu domínio sobre o Estado e afastando questionamentos de outras classes sociais (emergência do PTB) e de interesses estrangeiros (medo de o Brasil tornar-se comunista). Em *Elsinore* não há constituição, há legitimação e soberania, etapas fundamentais para a existência estrutural do Estado moderno. No Brasil, a legitimação era apenas junto ao grupo apoiador do golpe, e a soberania do país estava efetivamente dividida entre os detentores do poder executivo de João Goulart e os detentores do poder econômico e militar; havia, portanto, riscos na estrutura do Estado, fato que fez com que militares se antecipssem, violando a constituição, numa suposta defesa do próprio Estado. É interessante notarmos que se na peça *Hamlet* no início e no fim da dramaturgia dá-se um golpe, também assim ocorreu na maioria dos países na década de 1960 e 1970, que tiveram suas trajetórias interrompidas por golpes e, na maioria dos casos, conseguiram voltar à democracia através de outro golpe, como se golpes fossem métodos de sucessão. Os dois casos mais próximos que temos a fim de exemplificar ocorreram na Argentina e no Paraguai. No Brasil o desfecho deu-se de outro modo. Não houve um golpe dos opositores ao regime, mas sim uma negociação árdua realizada pelas elites, através do poder, e que posteriormente ganhou cunho popular.

Se em *Elsinore* não temos notícia de uma rebelião para entronar *Hamlet* no lugar de Cláudio, é porque os funcionários da monarquia e todo o seu aparelho estatal

já estavam dominados por Cláudio. No Brasil, houve sem dúvida apoio de determinados funcionários do Estado, mas especialmente o setor militar foi capaz de coroar de êxito o Golpe controlando os centros de poder tecnológicos do Estado, tais como as redes de telecomunicações, o rádio, a TV, as centrais elétricas, os entroncamentos rodoviários, etc. Ocorre que no Brasil estes centros de poder já estavam sobre controle dos opositores, estando apenas pequena fração sobre o controle do governo de Goulart. Devido a tal domínio, afirmamos acima que a elite econômica e militar brasileira apenas assumiu a soberania do que já lhes pertencia, possibilitando indubitavelmente estenderem seus tentáculos de poder a onde fosse possível abarcar. A resistência à março-abril de 1964 mostrou-se tecnicamente inviável, embora insurreições não-organizadas estenderam-se além de 1968, quando o regime decretou o AI-5 com o objetivo de ferir de morte as sublevações. As possibilidades de os opositores lograrem tomar o poder era escassa – e hoje sabemos que foi nenhuma – ainda que ataques a símbolos do poder, como embaixadas e embaixadores, tenham surtido algum efeito junto à população, fazendo-os perceber que havia resistência. A diferença entre os golpes na Dinamarca e no Brasil, um na ficção e o outro na história, é que *Hamlet* não soube – afirmamos à luz das experiências ditatoriais que o século XX nos legou – seduzir os setores-chave do país, tampouco teve força para se impor. Diferentemente, no Brasil, ainda que o governo tivesse seus defensores, deu-se aquilo que *Edward Luttwak* afirmou: a “infiltração dentro de um setor limitado, mas crítico, do aparelho estatal e na utilização dela para privar o Governo dos demais setores” (*Luttwak apud Bobbio, 1998, 546*). Sem redes de comunicação, Goulart isolou-se no Rio Grande do Sul, de onde sua alternativa a fim de evitar uma guerra civil, segundo sua análise, foi a de se refugiar para o Uruguai. Sem militares para efetivamente defender a soberania escolhida pelo voto popular, prevaleceu a soberania militar e a soberania econômica sobre o povo.

Tanto o golpe civil-militar brasileiro, quanto a peça *Hamlet* são dois jogos de poder que podem se unir para aprendermos sobre a capacidade geral de um ser humano influenciar outro ser humano e determinar destinos. Na peça todo um jogo palaciano ocorre sem que a população de *Elsinore* participe: tudo decide-se no palácio. No Brasil, ainda que parte da sociedade tenha dado suporte ao golpe, também foram nos palácios que se decidiu pelo golpe e como fazê-lo. A ação da população pode ser entendida como coadjuvantes para efetivar-se um projeto de expansão de um

determinado grupo social. Efetivamente, nos dois casos estava colocada a questão sobre o exercício do poder, se era *Hamlet* quem determinava a ação de Cláudio ou o contrário ou, no caso brasileiro, se era um governo legitimamente eleito que determinaria os rumos da nação em vez dos agentes econômicos, militares e midiáticos. No caso brasileiro, ainda que Goulart tenha sido eleito democraticamente pelo sufrágio universal sua condução política revelava traços autoritários, almejando simplesmente sufocar um poder enraizado (o militar e o econômico entreguista), como se a disputa pelo poder pudesse se dar exclusivamente pela persuasão, ainda que persuasão em alta polarização. A ingenuidade do grupo ligado a Goulart assemelha-se à ingenuidade de *Hamlet*, ao supor que artimanhas eram capazes de destituir um poder que se legitimou junto a quem tem força e controle econômico. Goulart e *Hamlet* tinham efetivamente poder potencial, mas não dominavam o poder em exercício, porque se o grupo A pretende modificar o grupo B, não bastam leis. Faz-se mister que o grupo B queira obedecer ao grupo A. Sem vantagens óbvias e tendo seus interesses ativados por C, como B poderá passar à esfera da influência de A? Goulart, quando saiu fortalecido do referendo abolindo o parlamentarismo, não se utilizou de setores leais das forças armadas para pela força minar a projeção de seus opositores. Se na ficção o equilíbrio foi alcançado para se começar uma nova jornada na Dinamarca, na história nacional não há como haver equilíbrio porque não há um ponto final e uma última linha. Aqui, os atores protagonistas se recolocaram em cena, assumiram novos discursos. Aqui criou-se novas fontes de autoridade, buscou-se novas posições no tabuleiro do poder. Aqui, no período da redemocratização, as forças armadas encerraram o período militar enfraquecidas e o presidente Figueiredo, último antes da redemocratização, entregou seu posto e saiu pelas portas do fundo do Palácio do Planalto, em Brasília. Aqui, instalou-se uma legislação, uma constituinte, uma carta de direitos. O poder passaria a ser do povo, pelo sufrágio universal. Contudo, poder e soberania não coincidem necessariamente. Ainda que o povo tenha possibilidade e expectativa de poder, seja nas eleições, seja diretamente, a soberania do Estado Brasileiro está sob o poder de quem? Para além das fronteiras, para além dos governos, para além da população, é a soberania econômica que continua determinando a necessidades das fronteiras estáveis; respaldando ou ameaçando governos; influenciando a educação e a mente da população. Aqui, a soberania econômica manteve seu poder intocado, enquanto que outras fontes de soberania esvaziaram-se e passaram, em parte, a servir à economia. Diferentemente de *Hamlet*

que não conhecia as estruturas do Estado Moderno e tampouco a formação burguesa do Estado, aqui e lá, na dramaturgia, são colocadas as três questões fundamentais, sem as quais não podemos sonhar nem com a harmonia, nem com a liberdade, nem com a igualdade: autoridade, poder e soberania.

Conclusão

Os quatro principais conceitos abordados neste trabalho, a saber, liberdade, poder, realidade e ficção, são extremamente complexos para logarmos delimitá-los. Um infindável número de teóricos analisou e elaborou tais conceitos, raramente havendo hegemonia plena conceitual entre os mais importantes filósofos e cientistas sociais e políticos.

Por liberdade sabemos defini-la pelo seu oposto, porque muitas são as possibilidades de liberdade. Tudo o que seja escravidão a alguma coisa ou alguém, assim como comportamentos falsos e hipócritas remete-nos à ausência de liberdade, seja do ir, vir e escolher, seja da liberdade no qual somos plenos para nos exprimir. Mesmo conceitos mais banais como o excessivo cerimonialismo exigido em muitas ocasiões sociais ou o trabalho encontram ressonância no que podemos conceituar como liberdade. Assim sendo, e com tamanha complexidade, na obra de *Hamlet*, bem como na história nacional não definiremos o que é liberdade. Interessante ressaltarmos que se nos fatos históricos o conceito de liberdade é debatidíssimo, porque podemos considerar as ações de João Goulart como protótipo da libertação do povo, assim como podemos considerá-lo um opressor da nação, na ficção é-nos menos difícil saber que pressões *Hamlet* exerce sobre Cláudio, assim como qual o poder de Laerte sobre Ofélia. A realidade e a ficção experienciam modos muito distintos de apreensão do que é a liberdade. Ainda que seja na complexidade de uma dramaturgia como a de *Shakespeare*, a arte parece expor com menos parcialidade do que a história. Sabemos que esta tese não se mantém, porque parcialidade é outro conceito tão denso quanto realidade; no entanto, talvez porque a história da ditadura civil-militar brasileira esteja demasiadamente próxima ao horizonte histórico do historiador e do cidadão, as relações de liberdade e seus opostos, bem como as relações de poder, possuem ainda complexidades inúmeras para serem profundamente esgotadas no caso brasileiro.

Guardo ainda outra certeza, esta sem necessitar comprová-la porque simples argumentos a evidenciam. Em *Shakespeare* as relações de liberdade e poder, e mesmo de realidade e ficção, podem ser mais claramente compreendidas porque há uma tessitura dramática escrita com esta finalidade. O autor não quer superficialmente confundir o expectador, ele almeja transmitir uma história muito bem elaborada, do qual o próprio expectador seja capaz de chegar às próprias conclusões; a estória,

porém, é concreta. Está delimitada numa encenação e em linhas publicadas ao longo destes séculos, e ainda que possamos fazer inferências infinitas a elas, não temos como não recorrermos a fontes muito concretas para avalizarmos nossa opinião pessoal. Já a história nacional perde-se nas inúmeras referências, na validação (ou recusa) sobre as fontes, nos imbricados conceitos ideológicos e, sobretudo, no modo pelo qual é analisada. A história não finaliza-se, inexistindo um ponto final. As histórias possuem começo e fim. Essas limitam-se a um determinado universo. Aquelas podem ser associadas a ilações infundáveis, sobretudo quando o tempo histórico é próximo. Ambas estão abertas a análises, a interpretações e a criações de discursos – o que é fundamental para nossa abordagem. Se consideramos *Hamlet* herói e se consideramos Claudio hipócrita, não se deve exclusivamente pela dramaturgia do bardo, mas sobretudo pelos valores sociais que hoje temos sobre conceitos como heroísmo ou hipocrisia. O tempo histórico brasileiro também está submetido a essas mesmas dinâmicas, porque o olhar do historiador é o de um historiador dentro de um determinado período de tempo. Em ambos os casos as conclusões serão necessariamente parciais. Há, então, aproximação entre realidade e ficção porque o real e o irreal, o criado e aquilo que é criado a partir de uma criação já existente dependem do olhar individual, condicionado também pelo olhar social.

Se entre os conceitos de liberdade as aproximações teóricas que fazemos são elásticas, nos conceitos sobre o poder não o são. Todas as temáticas que envolvam autoridade, poder, golpe, autoritarismo e temas afins são dinâmicas muito semelhantes seja na boa ficção, seja nos fatos históricos. Os autores são naturalmente observadores do humano e reproduzem em suas obras, de modo artístico, as relações por eles conhecidas em suas vidas históricas. As relações de poder são demasiadamente complexas de serem analisadas nas relações históricas porque o poder é algo fluido, constante e, em muitos aspectos, indeterminado por agentes de fora e de dentro das relações. Para analisarmos o poder na história, temos que nos submeter igualmente à ideologias, à cultura, etc. Já a arte, especialmente a dramaturgia, no que pese o seu óbvio conteúdo ideológico e histórico, criou-se com o fim de evidenciar-se para o expectador, além de ser, como já aduzimos, uma obra fechada, portanto com ilações circunscritas a um universo. A análise de poder de peças são muito mais factíveis de serem feitas do que as análises históricas.

O poder está atrelado, desde sempre, com a força. Na idade moderna, lembramo-nos de Maquiavel não raras vezes como o estrategista de submundo

perigoso, repleto de perfídias, má-fé e astúcia; no entanto, os subterrâneos do poder nada mais são – ou também são – apenas movimentos de comportamentos que inconscientemente se dão em nossas vidas, o que não significa necessariamente de modo ilegal ou vil. É da natureza da construção do poder de cada um, nas relações, de modo geral, as intenções secretas, as ações às escondidas, uma certa dose de clandestinidade que nós sabemos identificar quando sentimos que dominamos algo ou alguém, ainda que por instantes. Este sentimento está ligado à própria força do poder, que exige a ação de uma pessoa sobre a outra e, portanto, exige algum tipo de luta. Esta, na maior parte dos casos humanos, dá-se efetivamente às ocultas porque nem nós queremos admitir que estamos sendo dominados, nem nós queremos admitir que somos dominadores. Antes de nossa espécie desenvolver a cultura como um dos meios de cultivarmos as relações, não necessitávamos usar o poder de modo discreto, porque precisávamos demonstrá-lo para conseguirmos cultivar a terra que habitávamos, para poder preponderar sobre os animais que domesticávamos e para sobrevivermos. Era a bruta luta da espécie. Conseguimos transformar aquele poder *in natura* representado pela força varonil em algumas culturas, ou pela força matriarcal em outras culturas, por um cabedal de conhecimentos e organizações sociais que nos libera da força bruta e nos forma coletivamente em valores intelectuais, morais, espirituais. A tal conjunto de crenças, comportamentos, conhecimentos e costumes chamamos, posteriormente, de civilização. Não nos enganemos que na base da árdua elaboração de atividades, instituições e padrões sociais está o poder. Soa, então, estranho que após disfarçar-se, em nossa sociedade, aquele que tem poder necessita evidenciá-lo a qualquer custo, provando a possibilidade de poder sobre os demais. Seja na cultura da beleza física, seja na masculinidade dos homens e mulheres artificialmente delineados, seja ainda no carro que exibimos, parece que aceitamos evidenciar plenamente o nosso poder individual, bem como o coletivo. Triste é o fato de que toda a engrenagem que construímos até aqui com o poder e para lidar com o poder ainda coloca-nos na condição daqueles que universalmente sabemos que a guerra – o símbolo mais bruto da luta pelo poder – não é nada desejável, muito ao contrário, é detestável, embora não saibamos ainda fazer o seu oposto, a paz.

Este trabalho visa aproximar-se um pouco do poder e considerar que o seu subterrâneo pode ser tão fétido quanto virtuoso. Depende não do poder em si, mas do que construímos nas nossas relações, que são inescapavelmente relações de poder.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABREU, Marcio de Paiva Abreu. *A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana*, editora Campus, 1994, Rio de Janeiro.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios* – Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALBRIGHT, David, *Africa and International Communism*. – London. Macmillan, 1908.

BETTI, Maria Sílvia. *O Teatro de Resistência*. In FARIA, João Roberto (org.). *História do teatro brasileiro, volume 2: do modernismo às tendências contemporâneas*. – São Paulo: Perspectiva: Edições SESCSP, 2013.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.: coord. trad. João Ferreira – 11ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BORIS FAUSTO. *História do Brasil Nação: 1808-2010, volume 4/* Schwarcz, Lilia Moritz – 1ª ed – Mapfre e editora objetiva – 2013.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. Brasília: CNV, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil/* Luiz Carlos Bresser-Pereira. – 1ed. – São Paulo: Editora 34, 2014.

BRITTO, Sergio. *O teatro e eu: memórias*. Sérgio Britto. – 1.ed – Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

BUENO, Clodoaldo; Cervo, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. Clodoaldo Bueno, Amado Luiz Cervo. – Brasília: Ed. UnB, 2012.

CARVALHO, JOSE MURILO. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*/ José Murilo de Carvalho – 18ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DOMINGUEZ, Jorge in *Historia de América Latina, volumen 13: México y el Caribe desde 1930*/ Leslie Bethell, org. – 1 ed. – Barcelona: CRITICA, Grijalbo Mondadori, S.A, 1998.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Trad.: Álvaro Cabral. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (Paidéia)

HELIODORA, Bárbara. *O homem político em Shakespeare*. – Rio de Janeiro: Editora Agir, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad.: Marcos Santarrita. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOTT, Jan. *Shakespeare nosso contemporâneo*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

KUNG, Hans. *El cristianismo. Esencia e historia*. – Madrid: Editorial Trotta, 2007

LAROUSSE, *Dictionnaire de français Larousse*. 2012. Édition Département dictionnaires et encyclopédie. Paris.

LIGIERO, Luiz Fernando. *A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?*/ Luis Fernando Ligiero. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MARCELO DE PAIVA ABREU (Org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*/ Marcelo de Paiva Abreu. – Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MOURAO FILHO, Olympio. *Memórias. A verdade de um revolucionário*. Porto Alegre, L&PM, 1978.

PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*/ Patrice Pavis. – São Paulo: Perspectiva, 1999.

PORTELLA DE MELLO, Jayme. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979, 668. In: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Trad. Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 166.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*/ Daniel Aarão Reis – 1ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*/ José Flávio Sombra Saraiva (organizador). – São Paulo: Saraiva, 2008

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Trad. Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM, 2006.

_____, *Macbeth*. William Shakespeare. trad. Manuel Bandeira – 1ªed. – Rio de Janeiro, 1961.

_____, *Hamlet*. Arden Shakespeare. Thompson, A; Taylor, N. Bloomsbury Publishing Plc., 2006.

TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*. Tradução Ivone Castilho Benedetti – 3ª ed – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.